

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 27 DE ABRIL E CONTINUADA NO DIA 4 DE MAIO DE  
2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E SEIS** -----

----- No dia 4 de Maio de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, respectivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luis Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria do Céu Cunha Menezes Fazenda, Maria Irene dos Santos Lopes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes

Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, José Domingos Pereira Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Levi Marques dos Santos, Domingos Dores Rosa Estanislau, Sérgio Rui Lopes Cintra, Esmeraldo de Oliveira Cruz, Luis Jorge Teixeira Mendes Silva, Duarte Facco Vianna Álvares de Calvão, Maria Inês dos Santos Viola, Flávio Freitas Rodrigues Fontes e Jaime Salomão Alves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, António Alfredo Delgado Silva Preto, Isabel Maria Almeida e Castro, João Pedro Saldanha Serra e Ramiro Nelson Cardoso Silva. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Eduardo Manuel Reis Vieira (PCP), por 2 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Domingos Dores Rosa Estanislau. -----

----- Maria da Graça Barata Niny Mexia (PCP), por 2 dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jaime Salomão Alves. -----

----- Maria Luisa Vicente Mendes (PS), por 1 dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Flávio Freitas Rodrigues Fonte. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Maria Luisa dos Santos Teixeira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Maria Inês dos Santos Viola. -----

----- Fernando Luis Magalhães da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Duarte Facco Vianna Álvares de Calvão. -----

----- Alberto Francisco Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- José Manuel Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luis Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Sérgio Manso Pinheiro (PEV), relativamente às reuniões realizadas nos dias 18 de Novembro e 2 de Dezembro de 2003 e 3 de Fevereiro, 23 de Março e 27 de Abril de 2004. -----

----- Abílio Martins Ferreira (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de quorum, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, informando que era a segunda da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 27 de Abril de 2004, tendo sido distribuído um segundo aditamento à Ordem de Trabalhos com mais os seguintes pontos: -----

- Ponto 13 - Proposta 214/2004 -----
- Ponto 14 - Proposta 215/2004 -----
- Ponto 15 - Proposta 247/2004 -----
- Ponto 16 - Proposta 266/2004 -----
- Ponto 17 - Proposta 268/2004 -----
- Ponto 18 - Proposta 274/2004 -----
- Ponto 19 - Proposta 275/2004 -----
- Ponto 20 - Proposta 276/2004 -----
- Ponto 21 - Proposta 277/2004 -----
- Ponto 22 - Proposta 278/2004 -----
- Ponto 23 - Proposta 279/2004 -----
- Ponto 24 - Proposta 280/2004 -----
- Ponto 25 - Proposta 284/2004 -----
- Ponto 26 - Proposta 289/2004 -----
- Ponto 27 - Proposta 290/2004 -----

**CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA**

----- **O Senhor Presidente**, visto não estar ainda presente o Sr. Presidente da Câmara ou a Senhora Vice-Presidente, com delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara para apresentar o Relatório, sugeriu que se avançasse para o Relatório da Comissão Permanente de Divisão Administrativa da Cidade. -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE.** -----

----- Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Comissão da Divisão Administrativa da Cidade -----

----- “A reorganização administrativa de Lisboa” -----

----- 1. A actual divisão administrativa da cidade de Lisboa foi levada a cabo pelo Decreto-Lei n.º 42 142, de 7 de Fevereiro de 1959, na qual se definiram os limites e os nomes das freguesias de Lisboa. -----

----- Entretanto, muita coisa mudou em Lisboa e em Portugal: -----

----- a adopção de um novo sistema de gestão autárquica; -----

----- a expansão da cidade de Lisboa, com novas populações; -----

----- a redefinição das relações entre o Estado e a Igreja. -----

----- 2. Daí que seja necessário repensar e actualizar a divisão administrativa da cidade de Lisboa, numa perspectiva globalizante, corrigindo limites e admitindo a possibilidade de freguesias de maior dimensão poderem ser subdivididas e as mais pequenas reagrupadas, com base nos seguintes critérios: -----

----- Dimensão Geográfica; -----

----- Densidade Populacional; -----

----- Tradição Bairrista; -----

----- Razões Históricas -----

----- 3. Assim sendo, para reflexão e aprofundamento, apresentamos as seguintes sugestões, com base no enunciado no ponto 2: -----

----- A) Freguesias a manter: -----

----- Ajuda, Alcântara, Alto do Pina, Alvalade, Ameixoeira, Anjos, Beato, Benfca, Campo Grande, Campolide, Carnide, Charneca, Coração de Jesus, Graça, Lapa, Lumiar, Marvila, Mercês, Nossa Senhora de Fátima, Pena, Penha de França, Prazeres, Santa Engrácia, Santa Isabel, Santa Maria de Belém, Santa Maria dos Olivais, Santo Condestável, Santos o Velho, São Domingos de Benfca, São Francisco Xavier, São João, São João de Brito, São João de Deus, São Jorge de Arroios, São José, São Mamede, São Paulo, São Sebastião da Pedreira, São Vicente de Fora -----

----- B) Freguesias a criar: -----

----- Colina do Castelo (englobando Castelo, Santiago, São Cristóvão e São Lourenço, Socorro, parte de Santa Justa, parte de Madalena e parte da Sé) -----

----- Alfama (englobando, parte da Sé, São Miguel e Santo Estevão) -----

----- Baixa-Chiado (englobando, São Nicolau, parte da Madalena, parte de Santa Justa, Sacramento e Mártires) -----

----- Bairro Alto (englobando Encarnação e Santa Catarina) -----

----- Mercês (englobando a parte norte de São Paulo) -----

----- Oriente (zona da Expo) ” -----

----- **O Deputado Municipal Bacelar Gouveia (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão, disse que lhe cabia apresentar o Relatório da 9ª Comissão da Divisão Administrativa da Cidade, que estudou e propunha uma nova definição das freguesias de Lisboa. Realizaram-se várias reuniões durante um ano e meio e chegou-se ao resultado que agora era apresentado no Relatório, com sugestões concretas acerca da divisão administrativa em Lisboa, com as várias freguesias. -----

----- O problema que se enfrentou, como enfrentaram as comissões anteriores noutros mandatos, era um problema já muito antigo de inadequação em relação às actuais freguesias de Lisboa, num conjunto de 53 definidas num Decreto-Lei, imagine-se, de 1959. Tantos anos passados e continuava-se a ter a mesma divisão administrativa da Cidade de Lisboa, com tanta coisa que mudou. Pessoas que entraram e saíram de Lisboa, pessoas que passaram a viver em novos bairros, outros bairros que entretanto ficaram desertos, novos equipamentos, novas vias de comunicação, novos instrumentos de cultura. Criou-se um problema de inadequação e de incapacidade de resposta por parte dos autarcas e por parte das freguesias em relação aos munícipes e aos seus fregueses. -----

----- Perante esse problema, a Comissão propôs o seguinte para o tentar resolver: -----

----- Em primeiro lugar havia um problema de fundo, que era o papel actual das freguesias dentro da divisão administrativa do País, saber se as freguesias deviam ter os poderes que tinham, saber se as freguesias deviam ser todas iguais, as freguesias urbanas e as rurais, como é que as freguesias se deveriam relacionar com os municípios em que estavam integradas. No fundo, a dimensão funcional do tipo de poderes que as freguesias deviam ter. Esse era um problema de fundo e que carecia de solução, mas não se foi por aí. -----

----- Havia um outro problema paralelo, mais fácil e que podia ser resolvido, que era o problema geográfico. Saber se o tamanho das freguesias, o modo como as freguesias se relacionavam entre si e o modo como traçavam as suas fronteiras, se estava ou não

adequado à realidade existente hoje em Lisboa, de 53 freguesias, quando tudo mudou em 45 anos. -----

----- A Comissão propunha uma nova divisão das freguesias, com redução do seu número, que se propunha passar das actuais 53 para 45 freguesias. Isso queria dizer que a solução não era maximalista, nem drástica, como alguns colegas tinham proposto, no sentido de Lisboa passar a ter 15, 20, ou 25 freguesias, o que seria reduzir para metade ou para um terço o número de freguesias existentes hoje. Diria que era uma solução equilibrada, partindo de um conjunto de freguesias matriciais em Lisboa e, perante elas, fazia-se um reacerto de novas freguesias. -----

----- Por exemplo, a Freguesia do Oriente. Todos sabiam que desde a Expo 98 surgiu uma nova realidade urbana, cultural e de comércio, na zona oriental. Havia até uma associação de moradores que já exercera o direito de petição à Assembleia da República, pedindo a criação da Freguesia do Oriente. Só se podia estar de acordo com isso, uma nova realidade só podia ter uma resposta da parte dos políticos e da parte dos autarcas no sentido de satisfazer as exigências da população desse novo bairro, no caso da futura Freguesia do Oriente. Esse era um exemplo que certamente todos apoiariam, sendo um exemplo inequívoco. -----

----- Mas havia outro problema, que era o problema das freguesias da Baixa de Lisboa. Freguesias desertificadas, freguesias com 200 ou 300 habitantes e que também careciam de uma reorganização. Nessa matéria o Relatório propunha a redução do número de freguesias, agrupando algumas em torno do castelo, que se passaria a chamar Freguesia da Colina do Castelo. No outro lado da Baixa criavam-se novas freguesias, Baixa-Chiado e Bairro Alto, também agrupando algumas novas freguesias. -----

----- Era uma solução intermédia, que podia satisfazer os interesses das populações residentes nas várias áreas de Lisboa. -----

----- Isso não era uma solução arbitrária. Podia-se dizer que havia reformas para todos os gostos e feitios e era verdade, cada um podia pensar na freguesia que achasse melhor, no número de freguesias que seria melhor para a Cidade de Lisboa. Entendia que aí não se devia agir arbitrariamente e muito menos politicamente, entrando-se em engenharias eleitorais e em saber se se perdia ou ganhava votos com a criação ou extinção de freguesias. O que devia orientar era o interesse público, uma escolha racional na base de critérios racionais e objectivos. -----

----- Os critérios que se tentaram corporizar na proposta foram: em primeiro lugar a dimensão geográfica, em segundo lugar a densidade populacional, em terceiro lugar a tradição bairrista e em quarto lugar as razões históricas. Com esses critérios a escolha poderia ser racional, objectiva e que não pudesse ser vista do ponto de vista de qualquer engenharia eleitoral. -----

----- Finalmente, dizer que o debate era importante, mas não se podia decidir nada. Não era a Assembleia Municipal de Lisboa que podia mudar a divisão administrativa da Cidade, mas sim a Assembleia da República através de leis. No entanto, não se devia estar fora da discussão desse assunto e devia-se estudar, pensar e propor sobre as várias soluções para a Cidade de Lisboa. -----

----- Em nome do PSD, que representava, gostaria que da Assembleia Municipal pudesse sair uma proposta concreta para levar à Assembleia da República e para que, com essa proposta concreta, se pudesse mostrar trabalho aos eleitores e que se pudesse mostrar um verdadeiro empenho por Lisboa. Não era discutir até à eternidade, mas discutir até um certo ponto e depois chegar a soluções concretas. Essa era a função e dessa função nunca se demitiriam. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que deu entrada na Mesa um requerimento apresentado pelo PSD, no sentido de haver votação do Relatório. -----

----- Aceitava o requerimento, que iria ser distribuído e votado na devida altura, mas gostaria que não prejudicasse a discussão necessária sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que se estava analisar um Relatório da Comissão da Divisão Administrativa da Cidade e uma primeira nota que parecia importante salientar era que não se estava em presença de uma proposta. Essa matéria podia parecer um preciosismo, mas realmente não era e importava equacionar aquilo que era apresentado. -----

----- Havia um amplo consenso do ponto de vista da necessidade na reorganização administrativa da Cidade na Assembleia Municipal e diria que todas as forças se reconheciam na necessidade de mexer na distribuição das freguesias. Lisboa com 53 freguesias era obviamente uma dificuldade, tanto para a gestão municipal, como para a Assembleia Municipal, como para as próprias juntas de freguesia, designadamente pela discrepância existente na dimensão entre elas. Havia juntas de freguesia com um enorme potencial, de que Santa Maria dos Olivais e Benfica eram bons exemplos, assim como Marvila ou São Domingos de Benfica, exemplos de freguesias com capacidade de resposta e que podiam dar mais qualidade de vida aos seus utentes. ----

----- Depois havia algumas freguesias na Cidade que tinham algum peso histórico e tradição, mas que iam ficando com um reduzido número de cidadãos, a Freguesia do Sacramento, dos Mártires, do Castelo, Santiago, etc., uma série de freguesias perfeitamente identificadas e cuja dimensão era hoje reduzida. -----

----- Eram essas questões que aconselhavam a mexer na organização administrativa da Cidade. No entanto, podia-se perguntar se era apenas isso que estava em causa e aí era a primeira nota que o PS queria chamar à atenção, uma vez que se estava perante uma proposta sem ambição, minimalista, estando-se a tratar de um problema tão sensível e que afectava a vida das pessoas. -----

----- Não se podia perder de vista que alterar as freguesias era uma coisa que bulia com o sentimento das pessoas e com a noção de pertença a uma comunidade. Tudo isso perpassava pela proposta como se fossem dados irrelevantes e o PS queria dizer que tinha as pessoas como o mais importante de tudo. Para o PS, qualquer reforma que se fizesse devia ter em conta aquilo que as pessoas pensavam, aquilo que as pessoas queriam e aquilo que as pessoas sentiam. Manifestamente, a proposta estava a ser feita nas costas das pessoas e o PS não aceitava isso. -----

----- Era inquestionável que a Comissão tinha feito um trabalho interessante numa primeira abordagem. Havia um esforço e um envolvimento da Comissão que o PS não

queria de modo algum estar a criticar, mas entendia não ser de modo nenhum um trabalho acabado. -----

----- Começava-se a perceber que havia agora uma pressa, que diria ser uma pressa excessiva para aprovar a proposta e contra isso o PS dizia que não estava nessa pressa. O PS queria fazer, mas queria fazer bem e com qualidade. Havia uma coisa que o debate ainda não proporcionara e que o PS achava ser absolutamente essencial, que era saber o tipo de freguesias que se pretendia. Essa era a razão pela qual o PS dizia ser uma proposta minimalista, porque dizer-se que se apresentava uma proposta cujo objectivo era mexer o mínimo possível com a Cidade era inquestionavelmente uma péssima opção. Tinha que haver ambição e projecto, para se mexer no assunto tinha que ser com cabeça, tronco e membros. -----

----- Havia várias coisas com as quais o PS estava de acordo. Por exemplo criar a Freguesia do Oriente, havia um consenso enorme, não só na Câmara, como na Cidade de Lisboa, de que a Freguesia do Oriente fazia todo o sentido, embora se devesse perceber que essa criação implicaria envolver o Município de Loures e duas freguesias desse Município, mas em relação a isso estavam todos de acordo. -----

----- No entanto, o PS perguntava se, por exemplo, a Freguesia de Telheiras não faria sentido. Toda a gente entendia que, se calhar, era hoje em dia daquelas freguesias que faria mais sentido. O sentimento de pertença naquela zona era absolutamente essencial, bem como a massa crítica ali existente para trabalhar para um projecto. Telheiras seria inquestionavelmente a Freguesia, eventualmente até mais que o Oriente, que o PS diria para se criar. -----

----- Era por isso que o PS dizia ser uma proposta sem ambição e por isso lamentava que o PSD quisesse votar, porque o PS iria rejeitar a proposta tal como estava, visto não servir os interesses da Cidade de Lisboa, nem os interesses dos munícipes de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que não tinha entendido bem a intervenção do Sr. Deputado Municipal Dias Baptista, quando fazia referência à proposta ser feita nas costas das pessoas. Naturalmente que não lhe passaria pelo espírito não estar mandatado para representar os munícipes de Lisboa, na sua qualidade de Deputado Municipal, mas a questão concreta que colocava era saber se para o PS seria uma proposta necessariamente sufragada em termos de consulta directa às populações, ou a proposta futura que viesse nesse sentido. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** esclareceu que a ideia não era fazer um referendo. O que o PS queria era que houvesse um envolvimento das populações e, quando dizia que a proposta era feita nas costas dos cidadãos, era porque entendia que ela devia ser debatida, por exemplo, nas juntas de freguesia. Isso era possível, não havia nenhuma dificuldade em que, freguesia a freguesia na Cidade de Lisboa, se fizesse a sua discussão e aí estava-se a envolver as pessoas. Para o PS, a palavra participação devia ser exercitada e praticada. -----

----- **O Deputado Municipal Lourenço Bernardino (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, no uso da palavra, disse que importava começar por

esclarecer que não se estava perante uma proposta, não fora esse o espírito que animou a Comissão, quer na discussão, quer na elaboração do documento. O documento era trazido à Assembleia Municipal para reflexão e aprofundamento, como primeiro passo numa discussão que se desejava de uma tarefa que se pretendia levar à prática, visto ser reconhecida a necessidade de uma nova divisão administrativa na Cidade de Lisboa. -----

----- Importava também saber que divisão administrativa se pretendia, porque se era verdade existirem freguesias de pequena dimensão, quer na área, quer no número de eleitores, também era verdade não existir nenhuma com 200 ou 300. A mais pequena era a Freguesia da Madalena, com 442 eleitores. -----

----- A Comissão, ao elaborar o documento, apontava directrizes que deviam ser referência para o trabalho de todos, mas na verdade o único critério que fora seguido para a sua elaboração era o da proximidade. Não se debruçou sobre a dimensão geográfica, a densidade populacional, a tradição bairrista ou as razões históricas e era preciso que o fizesse. -----

----- Quando o documento era apresentado, devia ser também para provocar a discussão de forma séria. Tinham sido há pouco feitas algumas referências de âmbito político ou partidário, mas a verdade era que a divisão administrativa da Cidade interessava à população de Lisboa e, logo, era também do interesse da Assembleia que ela se viesse a fazer, mas de forma participativa. Nesse caso deveria haver o cuidado, até por uma questão de respeito, se outros sentimentos não motivassem, para com as populações. -----

----- Havia ainda outros factores que não foram apreciados no documento e quando dizia isso não estava a fazer uma crítica à Comissão, uma vez que até tinha feito parte dela, mas estava a constatar uma realidade. Mesmo em termos de legalidade, toda a gente sabia que para criar uma freguesia a Lei exigia um mínimo de 7 mil eleitores e os agrupamentos que eram apresentados, nenhum deles atingia esses valores. -----

----- Depois, havia que perguntar o que era essa coisa de “parte de Santa Justa”, “parte da Madalena”, “parte da Sé” para a Colina do Castelo, ou “parte da Sé” para Alfama. Era necessário saber qual seria a parte que ia e a parte que ficava. -----

----- Havia um conjunto de pormenores e de limites que deveriam ser analisados para que, caso viesse a ser transformado em proposta, ela pudesse merecer alguma credibilidade e dignificasse a Assembleia Municipal. -----

----- Outro factor que se demonstrou positivo na prática autárquica foram as grandes freguesias, mas era necessário saber se uma grande freguesia seria a Freguesia dos Olivais, de Benfica, do Lumiar, de Marvila, ou seriam antes as freguesias de 10 mil, 15 mil, 18 mil eleitores. -----

----- No estudo feito, na análise, na discussão, não se devia pôr de parte a possibilidade de poder haver interferência nas juntas de freguesia que citara, sem as retalhar. -----

----- Fora referida também uma questão em que todos estariam de acordo, que era a hipótese da Freguesia do Oriente, mas também aí devia haver alguns cuidados, visto envolver áreas de outras freguesias, nomeadamente Sacavém e Moscavide. Entrava-se



nos limites do Concelho de Loures e por isso teria que haver entendimento, bem como algum engenho, para que não se criasse conflitos de qualquer ordem, sociais ou outros. -----

----- Tinha-se também falado na Freguesia de Telheiras e aí colocava-se outra questão. Era verdade que a Cidade estava diferente, a crescer para uns lados, a diminuir por outros, a despovoar-se no centro da Cidade, mas a questão era se haveria justificação ou não, nessa linha de raciocínio, para que o Bairro da Boavista pudesse vir a ser uma freguesia. Esse bairro estava longe de tudo, da freguesia e da Cidade, quase encostado a Oeiras e, portanto, talvez essa parcela de terreno, que andaria à volta dos 7 mil eleitores, justificasse uma análise da situação. -----

----- Resumindo, era necessário olhar para a Cidade com olhos de ver, olhando para as novas realidades sem pressa de decidir. Era motivo de pressa que a reorganização da Cidade se fizesse, mas não só com pressa política e, sobretudo, com inteligência. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o Sr. Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD, retirava do requerimento o 2º ponto, ficando apenas o 1º ponto para ser votado, com a ideia de que a Comissão tomaria devida nota da discussão, sendo a acta da discussão enviada à Comissão para incluir e considerar nos seus trabalhos. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, referiu que era com algum pesar que o seu grupo não integrava esta Comissão. Pela dimensão do próprio grupo não se conseguia estar em todas as comissões, mas, até por razões de habilitações académicas, essa era uma área na qual teria todo o interesse e empenho em participar. -----

----- O que ia dizer agora não era uma crítica, mas gostava que fosse entendido mais como sugestões e algumas preocupações, aspectos que gostaria de ver contemplados sobre essa matéria. -----

----- Em relação ao Relatório, dele podia ser feito um balanço com duas componentes, que era ser omisso nos considerandos e conceitos e excessivo nas conclusões. Isso vinha a propósito desde logo de uma confusão que seria fundamental distinguir. A Assembleia Municipal era um órgão deliberativo, sem serviços técnicos de apoio, e a divisão administrativa da Cidade devia ter uma componente técnica que não podia ser escamoteada, uma vez que devia ter estabilidade e assentar em conceitos e considerandos fundamentados tecnicamente. Alguns estudos territoriais deviam acompanhar uma proposta de divisão administrativa e o que a Assembleia poderia e deveria dar antecipadamente para a elaboração dos estudos era um conjunto de considerandos que a Assembleia, até por conter na sua composição todos os presidentes de junta de freguesia, podia transmitir alguma experiência e alguma sensibilidade que ajudaria a enquadrar. -----

----- O que devia acontecer em alguns considerandos e critérios era serem bem aprofundados. Alguns já estavam, designadamente os demográficos, mas essencialmente a preocupação da dinâmica territorial e isso remetia para os planos de ordenamento do território em vigor. Era evidente que a Alta de Lisboa tinha uma dinâmica previsível de crescimento nos próximos anos e a divisão administrativa da Cidade não devia ir surgindo aos poucos, com uma nova proposta de reestruturação

todos os dias, precisava de alguma estabilidade. Portanto, se havia planos de ordenamento que configuravam que um determinado território, nos próximos 5 ou 10 anos, iria ter mais uns milhares de pessoas a viver, era evidente que na divisão administrativa da Cidade isso devia ser equacionado. A Alta de Lisboa e o Parque das Nações eram bons exemplos, por serem as duas novas grandes áreas de Lisboa. -----

----- Outro aspecto que era completamente omissa, e onde a Assembleia Municipal poderia ajudar, era saber que funções se pretendiam para o desempenho das freguesias. Essa era a chave para balizar as dimensões, saber que competências e que responsabilidades deveriam as freguesias assumir, evidentemente por descentralização e por acordo, mas isso é que determinaria uma baliza da dimensão da freguesia. Uma freguesia com 300 eleitores recenseados não podia ter o mesmo tipo de equipamentos e de serviços, não conseguia e teria custos muito mais altos do que uma freguesia com 50 mil habitantes. Então, seria necessário saber que serviços deveriam as freguesias ter, se acções de formação, acções sociais, etc.. Essa indicação, para que depois os técnicos vissem qual a dimensão ideal de uma freguesia para cumprir a missão, era o essencial que devia estar vertido no Relatório. -----

----- Nas razões históricas, outro item, importava nunca deixar de ter em consideração o histórico não como tradição bairrista, mas como divisão estatística. Importava que quem no futuro fosse estudar a Cidade de Lisboa e o seu território se pudesse socorrer da divisão estatística, e o INE tinha essa divisão da Cidade, utilizando essas balizas. Ao somar-se um conjunto de freguesias, elas deviam tentar, tanto quanto possível, corresponder aos limites dessas divisões estatísticas, para se conseguir fazer estudos sobre a evolução demográfica, económica, social, etc., o que permitia então fazer a evolução das freguesias e ter uma visão da evolução da Cidade. -----

----- O Relatório era omissa numa série desses aspectos, onde devia ter mais aprofundamento, e depois excessivo ao dar quase como resultado fechado as freguesias que deviam ficar e as freguesias a criar. -----

----- O expectável era dizer-se à Câmara todo o conjunto de considerandos, mais aprofundados, em relação aos serviços que se pretendia e que as freguesias poderiam desempenhar melhor, as áreas de competência, até a capacidade de gestão de recursos que lhes devia estar afectada, e depois solicitar que a Câmara, com os seus serviços técnicos, aprofundasse os estudos e fundamentasse tecnicamente o conjunto de considerandos e de balizas políticas. -----

----- Lembrou que a Assembleia era um órgão político, que devia dar indicações para que depois os técnicos estudassem e sustentassem ou não aquilo que era proposto, vindo então uma proposta com uma solução final, equilibrada, coerente, articulada, de uma nova divisão administrativa da Cidade. Não se devia fazer uma divisão a retalho, diariamente, porque passou a haver uma estrada nova ou qualquer coisa do género. Devia ter alguma estabilidade e coerência. -----

----- Tinha uma dúvida sobre a proposta da Freguesia do Oriente, se estaria confinada aos limites da Cidade ou se estaria já a incluir o território de Loures. Ela era omissa nessa matéria e na sua opinião devia ser omissa em tudo. As freguesias a ficar e a criar deviam resultar do conjunto de considerandos políticos definidos na Assembleia

e fundamentados tecnicamente, posteriormente, pelo órgão que tinha serviços técnicos para o fazer. -----

----- Eram sugestões à Comissão, não tanto críticas, mas de facto não estava em condições de se votar e valeria a pena na Comissão conseguir aprofundar um conjunto de valores. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que há muito não tinha a oportunidade e o prazer de ver discutir uma proposta com um ar construtivo, com interesse e com uma vontade de chegar a conclusões valorativas. Estava-se perante um belo exemplo de como a Assembleia Municipal poderia discutir e defender os interesses superiores dos munícipes de Lisboa e da Cidade de Lisboa. --

----- Uma cidade era um corpo vivo, com uma determinada dinâmica, que não podia ser estático e estável ao longo dos tempos, tendo a sua estrutura e organização que se adaptar dentro de princípios também não muito fluídos, como dizia e bem o Sr. Deputado Municipal Manso Pinheiro, mas tinha que se adaptar à evolução das características e interesses da própria cidade. -----

----- Tratava-se de uma proposta da Comissão, não do seu Presidente ou do PSD, e o que fora referido pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Manso Pinheiro era que se estava a dar um pontapé de saída relativamente a uma matéria com todo o interesse em ser discutida, premente e que há muito tempo se falava, de grande dificuldade, com imensos problemas, implicações e até resistências de muitos lados, pela tradição e por tudo aquilo que envolvia a vida de uma freguesia. Por isso vinha sendo adiada sucessivamente a discussão, que merecia um debate específico e não ser metida, como fora, numa Agenda com assuntos também importantes e fundamentais para a Câmara e para a Cidade. -----

----- Subscrevia em grande parte aquilo que tinha sido dito no sentido de um melhor aprofundamento, de criar as balizas políticas sobre as quais se iria mover todo o processo. Era importante debater e aprofundar de alguma maneira aquilo que seriam as competências desses órgãos e as suas capacidades, que teriam influência na sua dimensão e nas suas características. Se calhar era a altura de se mexer com ousadia, com coragem, ir ao fundo do problema e propor à Assembleia da República uma remodelação que satisfizesse os interesses da Cidade de Lisboa, dos lisboetas e da Assembleia Municipal, em consenso que se pudesse vir a firmar. -----

----- Ficava muito feliz por ver os Srs. Deputados Municipais, nomeadamente da oposição, a debaterem com clareza e com interesse a proposta. Assim fosse sempre. -

----- **O Senhor Presidente** disse que as considerações e propostas do Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves iriam naturalmente ser avaliadas no trabalho seguinte da Comissão. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que o Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves tinha andado um pouco distraído, mas hoje não estava, quando se referira às oposições e particularmente ao PS. -----

----- Quanto ao Relatório, ainda bem que o PSD tinha tirado o ponto 2 do seu requerimento, o que certamente encontraria um consenso na Assembleia. O aspecto da

divisão administrativa da Cidade era extremamente importante e não podia ser resolvido rapidamente sem se discutir em profundidade o que se pretendia para a Cidade de Lisboa, que concepção de gestão e que divisão administrativa se pretendia. Se seria por bairros, por freguesias, com plenas competências como em Espanha, como na França, ou criar uma nova concepção. Isso teria que ser discutido profundamente. -----

----- Ainda bem que havia o documento, que não podia ser uma proposta, que era o Relatório de uma Comissão que analisou a reorganização das freguesias, não administrativa, mas de parte de freguesias. -----

----- Se fosse por bairros era fácil, Bairro de Alvalade, Campolide, Alfama, Bairro Alto, Madragoa, ou seria uma divisão administrativa com uma nova concepção de gestão da Cidade, com plenas competências, com eleição directa ou indirecta para essas divisões. Era esse aspecto que teria que ser analisado em profundidade, com serenidade e não tal como aparecia, dando a ideia de que convinha aglutinar algumas freguesias e manter outras. Isso não era o que pretendia para a Cidade de Lisboa, sendo que a divisão administrativa da Cidade devia merecer uma discussão profunda de todos e ser submetida depois a discussão com as freguesias. -----

----- Dava o exemplo do Bairro Alto, que era mais do que estava no documento, mas também podia ser menos. Pela dimensão geográfica não entendia, havia freguesias que se mantinham com uma dimensão geográfica e com uma densidade populacional de 3 mil e tal moradores. -----

----- O documento servia como ponto de partida para reflectir sobre a nova divisão administrativa e a nova concepção que se pretendia para a Cidade de Lisboa, mas iria votar contra o ponto 2 e ainda bem que o retiraram, porque não tinha que ver nem com a tradição bairrista, nem com as razões históricas, nem com a densidade populacional, nem com a dimensão geográfica. Tinha que se fazer uma análise mais profunda da divisão administrativa e da concepção da gestão da Cidade de Lisboa. ---

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS/PP)**, no uso da palavra, disse que o Relatório da Comissão não teria a pretensão de ser um trabalho acabado, um trabalho de grande profundidade. Não tinha essa pretensão, no seu entender, porque era algo que se arrastava pela Comissão há vários mandatos e não tinha sido fácil seguir no caminho que todos na Assembleia tinham apontado, mas que na Comissão se tornava sistematicamente difícil de implementar. -----

----- Era óbvio que todos na Comissão, tal como os colegas das comissões anteriores, tinham a plena consciência de que o caminho perfeito não seria nalguns casos o simples reagrupar de freguesias e o refazer de fronteiras. -----

----- O Relatório tinha principalmente o condão de provocar a discussão e a prova de que esse caminho estava correcto era que se tinham ouvido várias vozes a reconhecer a inadiável e fundamental necessidade de reorganização administrativa da Cidade, ou como diria a Deputada Municipal Ana Sara Brito, pelo menos das freguesias, como uma condição fundamental para o melhor funcionamento da Cidade e diria até para o melhor funcionamento da democracia. De facto, quando as instituições democráticas, como as freguesias, que não eram meras instituições administrativas, quando perdiam

valor porque estavam desajustadas no tempo e na função, era óbvio que não só a administração dos cidadãos perdia, também a democracia perdia, porque os órgãos eram desvalorizados por não cumprirem a sua função. -----

----- O Relatório tinha que ter essa função e a Comissão muito se regozijaria se a discussão que surgiu aos microfones da Assembleia prosseguisse entre todos os grupos parlamentares e também na Comissão. Não se pretendia que na Comissão as posições fossem o paraíso, que era aquilo que se procurava mas não se chegaria lá nunca e, portanto, ficava-se parado. A função de Deputados Municipais não podia ser essa e o caminho era claramente o de um estudo profundo, um estudo científico, mas não se podia esquecer os momentos que se passaram na Assembleia e a “provocação”, porque de facto era algo fundamental para a Cidade recuperar a representatividade das freguesias, chamassem-se como se quisesse no futuro, mas era fundamental recuperar a funcionalidade e a representatividade da instituição que ia ficar a seguir à Câmara Municipal. -----

----- Isso era fundamental, pelo que não se devia esquecer nunca e pelo menos devia ser dado o benefício ao Relatório por ter gerado a discussão. Pediu à Assembleia que o honrasse até à vitória final. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que em primeiro lugar queria saudar o trabalho da Comissão, pelo esforço que desenvolveu. Era uma Comissão que já existia na Assembleia há muitos anos e que permanentemente tinha procurado encontrar uma solução para a situação, em que, independentemente das diferenças de opinião, havia uma opinião conjunta, de que a forma como a Cidade estava dividida neste momento e a organização das freguesias estava ultrapassada, introduzindo desvios no processo democrático da Cidade. Bastava dizer que existiam Deputados eleitos na Assembleia Municipal, naturalmente com o mesmo direito democrático que qualquer outro, mas eleitos por freguesias de mil eleitores e outros Deputados eleitos por 20 ou 30 mil eleitores. Portanto, nem a regra da proporcionalidade eleitoral estava garantida. -----

----- Era um processo no qual a Cidade vinha evoluindo, levando a que zonas mais antigas se fossem esvaziando e à criação de zonas novas, de grandes concentrações populacionais, o que gerou uma distorção objectiva. -----

----- A Comissão existia há muito tempo, mas parecia que a solução, estando todos de acordo quanto à necessidade de resolver o problema da distorção, passava por todos terem os pés assentes no chão e perceber que teria de se resolver com cabeça, tronco e membros um problema que era mais geral. O Sr. Presidente da Câmara vinha dizendo e nisso estava de acordo, já o Bloco de Esquerda levantara o problema e o Sr. Vereador Pedro Pinto disse estar de acordo com esse ponto de vista, o problema mais geral era como reorganizar não apenas na forma, não apenas de um ponto de vista geográfico, mas também do ponto de vista do conteúdo, da súmula, dos poderes, da descentralização, de chegar mais próximo do eleitor. Essa é que era a realidade, ou então estava-se a multiplicar serviços, a dividir coisas e não a resolver como servir melhor as pessoas. -----

----- Por outro lado, tinha que se considerar os problemas bairristas, mas havia que ser realista e para além desses problemas havia também os das freguesias existentes, dos executivos existentes. Pesava muito mexer na máquina, que tinha uma inércia enorme a tudo o que era alterar e por isso o que se precisava era de fazer uma certa revolução, porque fazendo só uma evoluçãozinha talvez não se resolvesse nada e perdia-se tempo. -----

----- Provavelmente, o que se precisava de fazer era um processo gradual, como o BE já propusera, quer na campanha eleitoral, quer na Assembleia, de perceber como se poderia descentralizar e criar um sistema mais ágil, mais fácil, menos caro e mais eficiente junto dos cidadãos, descentralizando poderes da Câmara para o que se poderia chamar ajuntamentos de freguesias. O menos importante seria o nome, porque o que importava era o conteúdo e a resolução do problema. Ver o que se poderia descentralizar da Câmara e entregar poder abaixo, juntando várias freguesias. Nalgumas zonas da Europa chamava-se distritos urbanos, onde se agrupavam várias freguesias e a quem se ia dando cada vez mais poder, habituando-se assim as pessoas a ter uma nova estrutura e a perceber que tinham uma estrutura mais eficiente, mais próxima do cidadão, menos gastadoras e sobretudo a resolverem melhor os problemas. -----

----- Se a ideia fosse tirar mais umas freguesias e criar outras, o Oriente queria porque tinha uma fisionomia própria, a Alta do Lumiar era uma zona nova em expansão na Cidade de Lisboa, etc., andava-se atrás dos acontecimentos sem uma estratégia clara, que passaria por saber como descentralizar poderes para mais perto dos cidadãos e como os cidadãos poderiam reclamar melhor e ser melhor atendidos na resolução dos problemas. -----

----- A proposta do BE, saudando o trabalho já feito pela Comissão, ia no sentido de continuar esse trabalho para encontrar os conteúdos objectivos que dessem significância à reorganização, uma passagem intermédia a que se podia chamar distritos urbanos ou outra coisa qualquer e propor isso no sentido de resolver a sério, com calma, a forma de reorganizar a Cidade. Toda a gente estava de acordo que não seria possível continuar assim, mas nada se resolveria ao tirar duas freguesias e acrescentar três, porque isso era mudar alguma coisa para que nada mudasse e não valia a pena, independentemente do esforço da Comissão. O que valia a pena era discutir como descentralizar e tornar mais eficazes os serviços para servir os lisboetas. Esse era o objectivo do BE e daí ter uma proposta já feita há algum tempo. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, quanto ao Relatório apresentado pela Comissão com a ideia da divisão administrativa da Cidade, disse que uma proposta com essa importância não podia ser colocada da forma como estava a ser, com tanta pressa. Pior ainda quando se colocava num requerimento que “seja reconhecida a necessidade imperiosa e urgente de proceder a uma nova divisão administrativa”. -----

----- O PCP tinha ideia de que na Cidade haveria prioridades mais importantes do que as que estavam a ser colocadas em relação à divisão administrativa. Tinha havido a ideia dessa necessidade, começou-se um processo que parecia interessante, a

Comissão criou uma ideia, propôs essa mesma ideia, mas havia a necessidade de um aprofundamento, de estudar todas as questões relacionadas com a criação dessas divisões administrativas. -----

----- Não se podia partir do princípio que pelo facto de haver pequenas freguesias existiria maior representatividade. Parecia-lhe que o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques, ao colocar a questão, colocava em posição de inferioridade os portugueses perante a União Europeia, porque Portugal, sendo um País pequeno, tinha o mesmo direito perante a União Europeia que qualquer outro país. De outra forma, a Alemanha, a França, a Inglaterra, esmagavam qualquer outro país pequeno com essa ideia de representatividade. -----

----- Esse não era argumento em relação à questão e havia que ter cuidado em relação a isso, porque o facto das freguesias serem pequenas ou grandes não queria dizer que não tivessem a sua representatividade e a validade da sua representatividade, visto representarem os moradores que os elegeram e a população à qual estavam ligados. Havia que ter até algum cuidado com a linguagem que por vezes se utilizava, porque em primeiro lugar estavam as populações e as pessoas. -----

----- O PCP entendia que fora dado um passo em relação à divisão administrativa, sendo apresentado um Relatório e uma ideia, mas era evidente que a Comissão devia continuar a aprofundar e devia fundamentar, porque não parecia que a proposta tivesse fundamento científico ou lógico para aquilo que se pretendia na Cidade. -----

----- Não ia entrar na questão da criação de outras freguesias, porque os órgãos existentes actualmente tinham que ser auscultados, teria que se ouvir a sua opinião. --

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que em primeiro lugar saudava o facto do PSD ter resolvido alterar o requerimento, porque dessa forma permitia que se continuasse um trabalho construtivo no sentido de encontrar o melhor para a Cidade. Via com bastante agrado a alteração do requerimento, com a substituição do n.º 2. -----

----- Era dentro do espírito de abertura demonstrado pelo PSD que o PS queria fazer uma sugestão, para permitir que se pudesse votar favoravelmente o requerimento. Já todos tinham percebido que o espírito era construtivo e a primeira palavra ia para os membros da Comissão, porque foi o seu trabalho que proporcionou a interessante discussão e que continuaria a proporcionar. No requerimento havia duas notas que, se possível, era importante serem alteradas: -----

----- Num dos considerandos dizia-se “considerando a proposta contida no Relatório”. Parecia-lhe que ficaria melhor “considerando as sugestões contidas no Relatório”. Como já se tinha percebido, não havia realmente uma proposta e era uma questão de pormenor, de precisão, mas aconselharia a que fosse assim. -----

----- Na parte deliberativa propunha-se que “seja reconhecida a necessidade imperiosa e urgente de se proceder”. O PS entendia que chegaria “a necessidade imperiosa de se proceder”. O “urgente” era desnecessário, sobretudo porque, como o debate demonstrou, não havia unanimidade de todos os grupos relativamente à urgência. ----

----- Era evidente que existia um amplo consenso no sentido de alterar a situação, mas também perpassara pela Assembleia a enorme necessidade de que fosse feito com

calma, com ponderação e sobretudo com qualidade. Teria que ser uma proposta com qualidade, com ambição, com projecto e com futuro, pelo que propunha ao PSD que retirasse o “urgente”. -----

----- **O Senhor Presidente**, após perguntar ao PSD se aceitava as sugestões, deu conhecimento das seguintes alterações: -----

----- No terceiro considerando, ficar “Considerando as sugestões contidas no Relatório...”, em vez de “proposta”. No ponto 1 retirar “e urgente”. -----

----- **O Deputado Municipal Bacelar Gouveia (PSD)**, no uso da palavra, disse que estava bastante satisfeito com o balanço do debate, que foi curto, mas permitiu exprimir num fórum tão amplo as preocupações em relação à reorganização da Cidade de Lisboa e sobretudo em relação à necessidade de mudar uma organização com 45 anos, que vinha do Estado Novo e que manifestamente já não se adequava às necessidades de Lisboa. -----

----- Seria possível pensar em muitas outras propostas alternativas, mas a Comissão estava de consciência tranquila por ter trabalhado em muitas reuniões, a que faltaram alguns dos membros dessa Comissão. Foram poucos, mas puderam produzir o trabalho e discutir algumas questões aí levantadas. -----

----- O trabalho iria continuar, o debate estava verdadeiramente lançado e acreditava que todos teriam ganho com a discussão, ainda que limitada, mas na Comissão não se gostava de trabalhar para aquecer e sim de trabalhar com efeitos concretos e com propostas concretas. Com certeza que a Comissão estaria aberta a quem quisesse dar os seus contributos, vários Deputados tinham falado, nomeadamente os membros do PS, que nunca apareceram na Comissão, mas havia sempre a disponibilidade para trabalhar com todos os Deputados Municipais. -----

----- O trabalho iria continuar, com a certeza de que Lisboa ficaria a ganhar com uma nova divisão administrativa da Cidade. -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, disse que se iria votar o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD, que, após as alterações introduzidas, era do seguinte teor: -----

----- “ Considerando a necessidade de reorganizar a distribuição geográfica das freguesias de Lisboa; -----

----- Considerando as sugestões contidas no Relatório da Comissão da A.M.L. sobre a divisão administrativa da Cidade; -----

----- O PPD/PSD requer à Assembleia Municipal que: -----

----- 1. Seja reconhecida a necessidade imperiosa de se proceder a uma nova divisão administrativa da Cidade de Lisboa. ” -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o Requerimento, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 212/2004 – APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2003 E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA DO ANO DE 2003, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----



----- PROPOSTA 212/2004 -----

----- “ Considerando as competências da Câmara em matéria de aprovação do relatório de gestão e documentos de prestação de contas. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Aprovar, nos termos da alínea e) do nº 2 do artº. 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em conta o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2003. -----

----- 2. Submeter os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, pela redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ” -----

----- ( O Relatório de Gestão de 2003 e Demonstrações Financeiras do Município, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ) -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra quanto à apresentação das Contas de 2003, começou por dizer que nessa apresentação se procurou fazer a continuação de um caminho, no sentido de adequar a realidade financeira e orçamental das autarquias portuguesas aos novos tempos que se viviam, no enquadramento geral do País. Por um lado com novas regras de funcionamento da contabilidade, com a necessidade de adequação ao POCAL e àquilo que essa nova Lei enquadradora da contabilidade pública, também do Poder Local, exigia. Por outro lado a nova realidade orçamental do País e o enquadramento legal da actividade de gestão orçamental dos municípios. -----

----- Recordava que este tinha sido mais um ano sem possibilidade de recurso ao crédito por parte dos municípios portugueses. No caso do Município de Lisboa, para além dessa impossibilidade de recurso a capitais alheios, havia também a impossibilidade de contar com os fundos comunitários. Por isso mesmo foi um ano em que se teve de viver essencialmente com as receitas próprias. -----

----- Sabia-se que os orçamentos dos municípios não eram como o Orçamento do Estado, não podendo apresentar déficit e sim um saldo final zero, um valor equilibrado. O que vinha acontecendo na elaboração dos orçamentos das câmaras era que se fazia o rol das despesas em relação àqueles que fossem os propósitos de todos e depois era feito o rol das receitas previsíveis para poder cobrir essas despesas estimadas. Mais do que no Estado a nível central, a nível local os orçamentos apresentavam-se até mais como um desejo, um instrumento de vontade da gestão, do que uma previsão fundamentada com base num nível previsível das receitas. Havia sempre a possibilidade de contrair empréstimos, desde que não ultrapassados limites do endividamento, esses limites aumentavam tanto mais quanto aumentassem os volumes de investimento e, portanto, estava-se num círculo vicioso que permitia aos responsáveis autárquicos contar sempre na prática com a possibilidade de capitais alheios. -----

----- Também assim fora no 1º e 2º Quadro Comunitário de Apoio, com a possibilidade também para Lisboa de contar com fundos comunitários para co-

financiarem os investimentos escolhidos pelo Município e aprovados pelas autoridades da União Europeia. Este ano, como no ano passado, foram anos em que teve de se contar com as receitas próprias do Município e não com quaisquer outras. -

----- Chamava também a atenção para o facto de que essa realidade levou a inscrever ainda no orçamento do ano anterior cerca de 200 milhões de euros, à volta de 40 milhões de contos, resultantes da previsão da alienação de património do Município, terrenos e outros bens do Município, e cerca de 75 milhões em permutas resultantes de processos, em geral, vindos da regularização dos casos do PER, do fim das barracas, que se conseguiu fazer desaparecer na Cidade de Lisboa. -----

----- O orçamento global do ano anterior tinha cerca de 830 milhões de euros, à volta de 160 milhões de contos, sendo que o Município não realizou efectivamente cerca de 330 milhões de euros. Foram receitas que não entraram porque o Município decidiu não alienar património e porque não se puderam realizar algumas permutas, que era dar propriedades do Município para pagar obra feita no passado ou no presente. Foram processos que não se puderam concluir, na generalidade dos casos por situações formais que vinham de há anos, situações complicadas que vinham demorando tempo a resolver. -----

----- Quando se dizia, e era um facto, que o exercício configurou uma taxa de execução do Plano de Actividades consideravelmente baixa, mais de 50% mas baixa em relação à média de anos anteriores, isso era verdade. Quando se dizia que a taxa de execução do Orçamento foi de cerca de 70%, era uma taxa de execução razoável para segundo ano de mandato, mas qualquer cidadão, mesmo não especializado nessas matérias, poderia entender uma verdade simples: em relação às receitas entradas no Município, 538 milhões de euros, a parte não afecta ao funcionamento da Câmara e que ficou para o Plano de Actividades, executou-se na prática 100% das receitas obtidas. -----

----- Podia-se dizer que estava a fazer um exercício, uma habilidade de leitura orçamental. As pessoas podiam chamar o que quisessem, mas os factos eram esses, as receitas entradas resultantes da SISA, da Contribuição Autárquica, da derrama, do imposto automóvel, taxas e outras penalidades, somaram 500 e poucos milhões de euros. Tirando o que ficou para o funcionamento de pessoal e da Câmara, cerca de 300 milhões de euros, para o Plano de Actividades gastou-se tudo aquilo de que se podia dispor, gastar no bom sentido da palavra, ou seja, investir. -----

----- Chamava também à atenção que nesse exercício houve necessidade de fazer face a realidades que não podiam ser esquecidas. Recebeu-se a herança natural, não ia debatê-la, das contas da extinção do Gabinete do Casal Ventoso, cerca de 9.2 milhões de euros. Facturas para a SIMTEJO foram cerca de 17.5 milhões, que passaram a entrar na rubrica “fornecimentos e serviços externos”. Os custos de continuação do programa informático e facturas de telefones de anos anteriores, somando 1.9 milhões de euros. -----

----- Fizeram-se alterações várias a nível dos valores de demonstração de resultados e aprovisionaram-se valores importantes. Só para processos judiciais aprovisionou-se cerca de 10 milhões de euros, assim como se teve que fazer para as facturas de água,

electricidade e comunicações, em níveis não registados até agora, o mesmo para os novos sistemas informáticos. Portanto, o reforço das verbas aprovoadas foi também algo de novo na actividade orçamental do Município. -----

----- Referiu que a execução do parque edificado, que teve também uma taxa de execução de 54%, foi vítima exactamente da regularização dos processos que tinham condicionantes legais e formais várias, que o impediram. -----

----- Sublinhou os 87% de execução no planeamento e gestão urbanística, assim como as taxas de execução altas na área da cultura, ou o significativo aumento do volume de investimentos na área da reabilitação, com tradução visível já na Cidade. Ainda agora, a caminho da Assembleia, olhando para os prédios da Av. de Roma e de outras avenidas contíguas, não podia deixar de enaltecer o esforço que estava a ser feito, não só pelo Município, mas também pelos proprietários e nalguns casos pelos arrendatários, recuperando os seus prédios, pintando as suas fachadas, recuperando os seus elementos arquitectónicos. -----

----- Fora dito em reunião de Câmara que as Contas tinham a taxa de execução em relação ao Orçamento alterado, porque se tomasse como referência o Orçamento inicial, a dissonância seria consideravelmente maior. Também tinham sido feitos reparos ao número de alterações orçamentais realizadas durante o actual mandato, que as senhoras e os senhores representantes da comunicação social certamente teriam tomado boa nota. Tinha pedido para que fizessem esse levantamento e chegou à conclusão de que o ano de 2003 foi um ano de várias alterações orçamentais, mas lembrava que foi o ano seguinte à reestruturação da Câmara e à mudança dos serviços todos, em que se fez o Plano e Orçamento do ano corrente em cima da reorganização dos serviços mais profunda das últimas décadas. -----

----- Permitia-se considerar o ano corrente como um ano excepcional nesse aspecto, não um ano de cruzeiro. Nos anos anteriores, 2002, comparando com outros anos que antecederam, dava o número de alterações para ver como às vezes se atiravam pedras, esquecendo-se os telhados próprios. Em 2002 houve 15 alterações orçamentais, em 98 foram 13, em 99 foram 15, em 2000 foram 13, em 2001 foram 17. Aquilo que foi feito era perfeitamente equivalente ao número de alterações feitas por quem estava há uma década na Câmara de Lisboa, quando no seu caso estava no primeiro ou segundo ano do mandato. -----

----- Já agora, em relação a desvios entre a dotação inicial e o valor final de execução do Orçamento, sem dúvida que em 2003 houve uma diferença entre 781 milhões de euros e 622 milhões de euros, mas lembrava que por exemplo em 2001, último ano do mandato anterior, houve uma diferença entre uma dotação inicial de 765 milhões de euros, quase 766, e execução do Orçamento de 672 milhões. Essas variações nas execuções do Orçamento em relação às dotações iniciais em nada diminuíam certamente o esforço feito anteriormente, como em nada diminuía o esforço e o trabalho realizado pelos serviços e por toda a Câmara durante os dois anos passados. -

----- Chamava a atenção para a redução de encargos em pessoal, cerca de 6 milhões e meio de euros. Apesar do valor global para pessoal incluir uma provisão de cerca de

10 milhões de euros, conseguiu-se diminuir em termos reais os encargos com pessoal e conexos em cerca de 6 milhões e meio. -----

----- Não deixava de ter noção que o ratio entre valores de funcionamento e de investimento se tinha desequilibrado um pouco a favor do primeiro, o que não era desejável, mas isso devia-se fundamentalmente a alterações legais que mandavam imputar não ao Plano de Actividades, mas aos outros itens, verbas com pessoal a trabalhar nos programas de investimento, bem como outras alterações que, como foi dito, resultavam dessas posições da Lei e que não significavam um maior volume de despesas da Câmara nessa parte do funcionamento. -----

----- Houve um valor anormal em 2003 de facturação com água, electricidade e comunicações. Estava-se a auditar as razões dessa sobrecarga no ano de 2003. -----

----- O ponto principal que gostava de sublinhar era o facto de se ter tentado investir todo o dinheiro disponível, não se gastou mais do que havia. Optou-se por não alienar património, à excepção do Palácio da Rosa e de um terreno nos Olivais, que já estava em processo de alienação há anos. Procurava-se fazer essa gestão equilibrada, diminuindo o endividamento do Município, amortizando parte desse passivo, cumprindo as obrigações, contribuindo para a credibilidade da Câmara enquanto instituição a nível interno e externo. -----

----- Procurou-se fornecer junto das entidades que avaliavam as performances todos os dados necessários para o Município de Lisboa poder continuar a gozar nos mercados financeiros, junto dos fornecedores, junto daqueles que contratassem com o Município, de bom nome. Houve a informatização da receita, estava-se a trabalhar no desenvolvimento da informatização do património e, portanto, estava-se a procurar criar as bases para que cada vez, de forma mais expedita, se pudesse cumprir com as obrigações. -----

----- Tinha sido um ano com uma taxa de execução baixa, nomeadamente do Plano de Actividades, mas queria dar a garantia, e era assim que se avaliava um mandato, de que os dois anos finais do mandato, apesar de ter que respeitar decisões judiciais sobre obras em curso e outras contrariedades, iriam ser anos com as mais altas taxas de execução de sempre, comparáveis com quaisquer outros grandes anos em termos de execução no Município. -----

----- Continuou-se a trabalhar no sentido de respeitar os compromissos assumidos pelos que antecederam e resolver problemas que ficaram pendentes e muitos eram. Ainda no dia 31 de Dezembro, no seu caso, em vez de ir para a passagem de ano, esteve-se até à última da hora a tentar fazer escrituras para garantir a execução e a solução de problemas anteriores, andando atrás de quem tinha que participar nessas escrituras, de quem tinha que as regularizar, de quem tinha que ir buscar as garantias para apresentar a essas escrituras. Portanto, esteve-se, como todos os dias se estava, nos Paços do Concelho a assegurar a resolução de problemas que por vezes eram da actual responsabilidade, mas outros não eram. -----

----- Ao fim e ao cabo, as Contas eram responsabilidade de todo o Município, Contas auditadas, que iriam ser de novo auditadas, estava-se em fase de novo concurso para uma auditoria. Já no mês de Maio iria reunir a comissão para apreciar as propostas de

auditoria internacional às Contas da Câmara já no tempo da actual gestão e isso por uma razão simples, porque o que se defendia para os outros também era válido para os próprios, o que se fazia em relação aos outros fazia-se para os próprios. Quando a actual maioria entrou fez uma auditoria à gestão de quem esteve anteriormente, agora pedia-se uma auditoria à gestão pela qual se era responsável. Oxalá fossem sempre tratados da forma como tratavam os outros. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração Finanças e Desenvolvimento Económico, disse que o parecer elaborado, pela sua simplicidade, não traduzia de facto o trabalho que fora desenvolvido na Comissão, que analisou em profundidade a documentação apresentada pela Câmara e mais uma vez, por unanimidade, a Comissão considerou que se devia debruçar apenas sobre o ponto de vista técnico e formal dos documentos em apreciação. Nesse aspecto, após uma análise aprofundada que fez durante três reuniões, a Comissão concluiu que tanto o Relatório de Gestão de 2003, como as Demonstrações Financeiras, estavam em condições de serem discutidos e votados na Assembleia. -----

----- Queria mais uma vez agradecer à Senhora Vice-Presidente da Câmara e aos colaboradores do seu gabinete, bem como aos técnicos da Câmara, que prestaram à Comissão todos os esclarecimentos sobre as questões que foram levantadas pelos seus membros. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmiento (PSD)**, no uso da palavra, disse que falar depois do Sr. Presidente da Câmara era sempre um exercício político muito difícil, mas tentaria fazer o seu melhor. -----

----- Começava por abordar três pontos que vinham sendo referidos na comunicação social, na tentativa de desmistificar um pouco esses três pontos. -----

----- O primeiro era que a Câmara não tinha executado, não tinha taxa de execução ou tinha-a muito baixa. Esqueciam-se que a Câmara teve três situações que nunca se tinham verificado na história da Autarquia, porque não teve a capacidade de endividamento que outros tiveram, não pôde recorrer à banca, não teve fundos da União Europeia nem fez permutas, não vendeu património. Como se não bastasse, a juntar a toda essa restrição orçamental, a Câmara teve uma crise económica que fez baixar os impostos, nomeadamente os impostos locais. Houve menos derrama, houve menos Sisa e houve menos Autárquica. -----

----- Juntando a toda essa situação financeira, ainda se teve uma Autarquia num contexto político extremamente difícil. Todos na Câmara e na Assembleia defendiam a necessidade de obras, desde que elas não fossem feitas pelo actual Executivo. Todos defendiam a necessidade de recuperar algumas zonas, mas se fosse obra do Dr. Santana Lopes nem pensar, porque era má. Todos defendiam a necessidade de novas redes viárias, mas se fosse obra do Dr. Santana Lopes nem pensar, porque era má. Portanto, tinha-se um Executivo sem a margem política que outros tiveram no passado, com uma condicionante financeira complicada e que, mesmo assim, efectuou obras e fez um trabalho muito positivo. -----

----- A segunda mistificação era o facto de alguns terem adiantado, sobretudo na comunicação social, que a Câmara tinha um resultado negativo e que só se salvava por via dos resultados extraordinários, o que também não era verdade. A Câmara não fez permutas, não vendeu, mas depois tinha resultados extraordinários, o que era “chuva na eira e sol no nabal”. -----

----- O terceiro ponto que era necessário desmistificar era que a Câmara tinha aumentado muito a despesa corrente, nomeadamente por via dos fornecimentos e serviços externos, o que também era falso. Se se analisasse com rigor as Contas via-se que sobretudo, e havia que louvar o extraordinário trabalho da Senhora Vice-Presidente e dos seus serviços em corrigir erros do passado, houve a inclusão de despesas que vinham de trás. Como se sabia, os anteriores Executivos tinham a máxima de “fazer agora e depois ver quem paga” e, portanto, houve que colocar dívidas do passado nos fornecimentos e serviços externos, como o Casal Ventoso ou a SIMTEJO, despesas correntes que reportaram para este ano mas que já não iriam suceder nos anos seguintes. -----

----- Houve também novos serviços, além da comida na cantina das escolas, mas sobretudo dois novos serviços que foram lançados em 2002 e 2003 e que era incompreensível não existirem numa Autarquia que movimentava 150 milhões de contos por ano, em moeda antiga. Uma era a facturação centralizada. Com a anterior maioria, cada serviço tinha o seu tipo de facturação, ninguém sabia quanto é que cada serviço gastava, cada serviço geria da maneira que queria. Outra era o sistema informático, onde era impensável que uma empresa como a Câmara Municipal de Lisboa, com 10 mil funcionários e um volume de negócios elevadíssimo, não tivesse um sistema informático como o caso do SAP. -----

----- Essas duas alterações a nível financeiro tinham que ser realçadas num ponto de vista positivo e apenas enobreciam o trabalho da Autarquia. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que apreciar, debater e votar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do segundo ano do mandato era não só avaliar o trabalho realizado ao longo de 2003 nas mais diversas áreas, como apreciar a evolução das estratégias lançadas no início do mandato pela actual maioria gestora da Câmara. Esperava-se que o Relatório fizesse essa auto-avaliação, mas constatou-se que não. -----

----- A nota introdutória do Sr. Presidente procurava desviar a atenção dos problemas reais, reflectidos na baixa execução do Plano de Actividades, ao mesmo tempo que escondia a verdade dos maus resultados espelhados nas Contas, desculpando-se com o passado. Era uma técnica já muito gasta. -----

----- No último debate sobre o estado da Cidade o Sr. Presidente desafiou a Assembleia para apreciar a execução do trabalho só quando as contas do ano estivessem fechadas e elas aí estavam. Também lhe foi dito nesse debate que uma baixa execução resultaria de uma incapacidade de gestão da sua equipa e não da falta de meios, ao que retorquiu com a situação financeira da Câmara e com a política restritiva do Governo, do seu Governo, ao financiamento externo da Autarquia. -----

----- Continuava agora a evocar o mesmo no seu texto político, mas afirmou na reunião de Câmara que aprovou as Contas que não vendeu património porque não quis, já o tinha afirmado agora também, sendo essa uma má opção para a Cidade, porque não foram realizadas as obras e as acções do Plano que estavam previstas ou, ainda mais, consideradas necessárias e que o justificariam. -----

----- Era um facto, e também já tinha sido admitido pelo Sr. Presidente, que a taxa de execução do Plano de Actividades da Câmara foi uma das piores de sempre, de 55.5% para um Orçamento de 623 milhões de euros. -----

----- Relembrava que no segundo ano do anterior mandato, em 1999, a taxa de execução foi de 76.6%, sem qualquer comparação possível com a execução do ano de 2003. Se quisesse comparar com o segundo ano do primeiro mandato da anterior maioria, 1991, tinha-se uma taxa de execução do Plano de Actividades de 77.8% para apresentar. -----

----- Deixando o passado, o facto mais relevante era que todos os objectivos/programas do Plano de Actividades de 2003 com maior importância para a vida dos cidadãos e para o funcionamento da Cidade foram bastante afectados e podia-se ver pelas taxas de execução: no urbanismo 44.3%, no funcionamento 49.4%, na intervenção social 52.3%. Dentro deles, os programas de segurança 35.9%, no trânsito 11%, na conservação da rede viária 37.6%, nas infra-estruturas viárias 39.6% e criança educação e juventude 46.7%. -----

----- Tudo isso revelava que, à medida que se iam esgotando os projectos e obras da anterior gestão, também diminuía a capacidade de execução da actual maioria e a verdade vinha sempre ao de cima, como o azeite, apesar de toda a propaganda. -----

----- Era o caso dos *outdoors* do PSD, onde num deles dizia que “foram realojadas em 2 anos 2000 famílias, falam mas estiveram lá 12 anos”. Na realidade, foram realojadas muitas famílias porque esses fogos foram construídos pela anterior gestão. Mais uma vez utilizavam a técnica do cuco, colocando os ovos no ninho dos outros. Sabiam muito bem que todo esse processo estava em marcha e a propaganda não podia permitir tudo. -----

----- Deixando a propaganda, quem elaborou o Orçamento e estabeleceu os objectivos do Plano de Actividades foi a própria maioria que governava a Câmara, que os submeteu à aprovação da Assembleia sem saber o que pretendia, como demonstravam as 24 alterações orçamentais, o dobro das referidas, a que os documentos foram sujeitos. Essas alterações não representaram nenhuma gestão racional do Orçamento aprovado e as taxas de execução agora apresentadas demonstravam isso mesmo. Demonstravam também uma navegação à vista, casuística e desorientada. As 24 alterações orçamentais não foram suficientes para mascarar os números e fingir o desempenho. -----

----- Vinha o Sr. Presidente dizer que com o dinheiro disponível se executou quase 100%, sem vender, sem endividar, mas aí é que estava o ponto. Perguntou porque é que não tinha vendido e, se não queria vender, porque é que orçamentou a receita, porque é que propôs esse financiamento para 2003. A taxa de 100% era certamente de

um Orçamento apenas seu, porque o que apresentou foi outro e era aquele que tinha as Contas para serem aprovadas hoje, bastante mais elevado. -----

----- Havia quem se contentasse com muito pouco e o problema era que a fásquia da actual maioria na Câmara era muito baixa. Nem mesmo essa era capaz de atingir e aí é que estava o ponto. -----

----- Perguntou quais foram as obras que não foram concretizadas por falta de verbas. Quem saía prejudicado por tudo isso era a Cidade e o povo de Lisboa, que já viram 2 anos perdidos com a gestão ruinosa do PSD-CDS/PP, da qual ressaltava o negro processo do túnel do Marquês. Era a mesma política de recessão seguida pelo actual Governo, que estava a levar o País à ruína e ao colapso económico e que também se repercutia na economia do Município. -----

----- Tal como na votação do Plano e Orçamento de 2003, agora por maioria de razão face aos desastrosos resultados e à persistência nas mesmas políticas, tentando responsabilizar sempre o passado e furtando-se à sua própria responsabilidade, escondendo e minimizando a grande obra realizada pela anterior gestão, o PCP votaria contra o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2003. Quanto às futuras taxas, logo se veria. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que se estava hoje a analisar o penúltimo Relatório e Contas da actual maioria camarária e, portanto, era uma data que merecia ser realçada Quando dizia penúltima era porque nessas questões havia sempre dois modos de ver a mesma realidade. O facto era que se tratava do penúltimo Relatório da maioria presidida pelo Dr. Santana Lopes e isso era um dado relevante, sobretudo porque era mais que tempo suficiente para que se conseguisse fazer uma análise do que tinha sido a actividade do Executivo Municipal.

----- Respondendo a um aparte, disse que no actual mandato era o penúltimo, por causa dos prazos. -----

----- Uma primeira nota era para registar a qualidade dos documentos. Era uma nota que se ia fazendo ciclicamente, mas era justa, até porque se devia realçar a qualidade do trabalho técnico dos funcionários da Câmara Municipal. Em nome da bancada do PS, queria deixar um agradecimento aos serviços pelo belíssimo trabalho que apresentaram, tal como já fora também realçado pela Comissão Permanente respectiva. -----

----- A propósito de documentos, a primeira questão que queria colocar à Câmara Municipal era muito importante. Tinha-se recebido uma errata das Demonstrações Financeiras, distribuída pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, errata essa que pretendia substituir as páginas 7 e 8. A pergunta que queria fazer à Câmara era se essa errata tinha sido aprovada em reunião de Câmara Municipal ou não, porque se não fosse também não havia condições de a votar hoje. Certamente que a Câmara Municipal, através da Senhora Vice-Presidente, iria esclarecer, mas era uma situação condicionante de todo o resto da discussão. -----

----- Continuando na análise, sabia que vinha sendo essa a prática, mas o PS queria formalmente solicitar que, caso se chegasse à fase de votação, ela fosse feita em separado por documentos. -----



----- Analisando o Relatório de Gestão, em primeiro lugar agradecia a introdução feita pelo Sr. Presidente da Câmara, sobretudo porque as folhinhas que o Sr. Presidente teve a gentileza de elaborar para o Relatório de Gestão eram os únicos indicadores que apareciam daquilo que foi a actividade do Executivo quanto ao cumprimento dos objectivos. Essa era uma primeira nota que a bancada do PS queria registar, porque comparativamente com o que tinha sido feito no passado, e a ligação ao passado era uma ligação que o actual Executivo muito prezava e muito gostava de registar, o PS queria recolher os bons ensinamentos e nessa linha queria solicitar ao Executivo Municipal, designadamente ao Sr. Presidente, que recorresse aos exemplos do passado. Isso era interessante, porque facilitava que o Relatório trouxesse também a análise daquilo que era o cumprimento dos objectivos. -----

----- Tinha que se reconhecer a introdução feita pelo Sr. Presidente, com a qualidade que encerrava, mas era manifestamente insuficiente e percebia-se que houvesse alguma dificuldade em procurar justificar o que era injustificável. Compreendia-se que o Executivo tivesse dificuldade em justificar as taxas de execução. O Sr. Presidente já anunciara que o próximo Relatório iria demonstrar uma execução magnífica, segundo a discussão em sede de Câmara a primeira execução de sempre, se não fosse a primeira seria a segunda, se não fosse a segunda seria forçosamente a terceira, o Sr. Presidente fazia questão de estar no pódio e o PS registava, realçava e desejava que assim fosse, sobretudo porque a Cidade carecia disso e os cidadãos de Lisboa necessitavam que houvesse execução. Inquestionavelmente, a execução que se estava hoje a analisar era muito baixa, pesasse embora a forma inteligentíssima como o Sr. Presidente procurou fazer a apresentação dos números, mas todos sabiam que as taxas de execução não eram, nem pouco mais ou menos, aquelas que foram referenciadas pelo Sr. Presidente. -----

----- A taxa de execução do Plano de Actividades era de 55.5%, a taxa de execução menor desde 1987, uma má taxa. Se a taxa fosse analisada sem as permutas, uma coisa que certamente o Sr. Presidente gostaria, visto que vinha demonstrando estar permanentemente contra as permutas, diria que a taxa de execução do Plano de Actividades era de 52.9%, o que era manifestamente uma péssima taxa de execução. -

----- Podia-se ter a expectativa que a taxa de execução do Plano Plurianual fosse melhor, eventualmente, porque era difícil ter-se uma taxa tão baixa. Lamentavelmente para a Cidade de Lisboa, lamentavelmente para os cidadãos de Lisboa, a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos era ainda mais baixa e era a pior taxa de execução de sempre desde que existia esse instrumento de avaliação, uma taxa de 48%. Podia-se trabalhar os números como se quisesse, podia-se manuseá-los, fazer os jogos que se quisesse, mas factos eram factos e aqui eram 48%. -----

----- Aliás, se recorresse de novo ao exercício que o Sr. Presidente da Câmara gostava de fazer, ou seja, avaliar a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos sem as permutas, aí a taxa era de 41.2%. Portanto, estava-se a falar de algo que era incomensuravelmente uma péssima taxa de execução e o Sr. Presidente da Câmara sabia que assim era, de tal forma que foi procurando justificar-se, quer em sede de discussão na Câmara Municipal, quer hoje na Assembleia, onde já dissera que se

estava em presença de uma taxa de execução baixa e que a expectativa seria de uma grande taxa de execução para o ano seguinte. Esperava-se e desejava-se que assim fosse. -----

----- Antes de continuar com a análise da taxa de execução, gostava de saudar o Sr. Presidente da Câmara por um facto que vinha dito na sua introdução ao Relatório. Todos se lembravam da campanha que a Distrital de Lisboa do PSD lançou com uns *outdoors* razoáveis, onde se procurava maquilhar a verdade, onde se procurava escamotear aquilo que eram realidades e ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara vinha repor os factos nos seus devidos eixos. Estava-se a referir a um *outdoor* habilidoso, não havia outro termo, o que falava nos buracos, porque pretendia alterar os factos e manusear a memória dos cidadãos de Lisboa quando fazia referência a que Lisboa era só buracos antes de 2002. -----

----- Todos sabiam que foi em 2002 que Lisboa esteve numa situação absolutamente intransitável, que envergonhava a própria Cidade e isso foi discutido amplamente na Assembleia Municipal. O *outdoor* pretendia reportar a mensagem para antes do mandato actual, mas não era verdade e ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara, honra lhe fosse feita e outra coisa não se esperaria de uma pessoa de bem, vinha dizer “depois da mega-campanha dos buracos, criámos o Lisboa Alerta”. Estava reposta a verdade dos factos, contra aquilo que a Distrital de Lisboa do PSD tentava fazer crer por Lisboa fora e era o Sr. Presidente da Câmara, muitíssimo bem, que vinha desmentir a Distrital do seu Partido e que vinha falar numa mega-campanha para tapar os buracos. Aliás, todos se lembravam daquilo que foi a campanha institucional da Câmara, com uma série de *outdoors*, a justificar que tinha havido uma acção de tapar buracos na rua. Isso tinha acontecido manifestamente em 2002 e no princípio de 2003. Estava reposta a verdade dos factos, era importante e por isso queria saudar o Sr. Presidente por ter desmentido a Distrital de Lisboa do PSD, para repor os factos na sua real dimensão. -----

----- Continuando com a taxa de execução, referia uma situação que muito preocupava o PS e que era a execução por objectivos. Já referenciara e lamentara o facto do Relatório não fazer uma análise por objectivos, já todos tinham percebido que a dificuldade de execução vinha das trapalhadas em que o actual Executivo vinha sendo pródigo, de que o assunto do Parque Mayer era um exemplo, ou a questão do túnel. --

----- Quando o Sr. Presidente referia que não houve mais execução porque não quis alienar património, todos sabiam que isso não era verdade e que a inversa é que era verdadeira, ou seja, não houve alienação de património porque não houve capacidade de executar, porque não houve capacidade de investimento e, portanto, não foi necessário naquela altura alienar património. A não ser assim, ninguém entenderia que no Orçamento de 2004 voltasse a estar inscrita a alienação de património. Portanto, ao contrário do que o Sr. Presidente tentou fazer crer a todos com a sua boa fé, na qual todos acreditavam, mas estava habilidosamente a jogar com as palavras e a jogar com aquilo que era a percepção dos factos, mas os factos eram outros e eram a incapacidade de execução, incapacidade de fazer obra e de mostrar aquilo que era necessário fazer para que Lisboa tivesse mais qualidade de vida. -----

----- A incapacidade era tão gritante, a tal ponto que pegava apenas em dois ou três indicadores da maior gravidade, segundo o ponto de vista do PS, designadamente pelo que demonstravam naquilo que eram as áreas mais sensíveis para a qualidade de vida na Cidade de Lisboa. -----

----- Começava pela taxa de execução no Pelouro da Juventude, que era certamente uma taxa importantíssima... o Sr. Presidente da Câmara já estava a responder 17%. Ainda bem que os números coincidiam, porque era sinal de que na interpretação se estava em consonância. -----

----- Certamente o Sr. Presidente da Câmara também não iria desmentir ao dizer-se que na Acção Social foi 12% de taxa de execução. Isso era gritante e lamentável, porque se estava a falar daqueles que mais precisavam, do investimento mais necessário, da vida das pessoas. O Sr. Presidente poderia dizer que foi o possível e o PS diria que foi pouco e era lamentável. -----

----- Poderia também o Sr. Presidente dizer que a taxa de execução relativa à Segurança já era muito boa, porque de 12% para 33% seria uma magnífica taxa, na óptica do Executivo Municipal, mas não era. Estava-se perante uma péssima taxa de execução, sobretudo porque a segurança na Cidade de Lisboa piorou e porque todos se lembravam da campanha do Sr. Presidente e, já agora, do Dr. Paulo Portas, porque na campanha para as eleições autárquicas também o seu investimento fundamental foi na segurança. Constatava-se agora, com grande tristeza e lamento, que a taxa de execução era de 33% e não se podia vir dizer que era resultado da incapacidade do Executivo anterior. Isso não era possível, até porque já se estava no último ano de actividade do actual Executivo e a taxa de execução era lamentavelmente curta. -----

----- Dando um salto para uma taxa melhor de execução, muito penalizava o PS que apenas houvesse para apresentar aos lisboetas uma taxa de 21% no desporto. O Sr. Presidente tinha referenciado, e bem, a brilhante taxa de execução na cultura e o PS perguntava porque é que só havia 21% no desporto, uma área que era fundamental, pela mesma lógica que a área da intervenção social também era importante, porque isso tinha que ver com a vida das pessoas, com a cidadania e com os direitos que podiam ser ou não exercidos. Com uma taxa de execução dessas não podiam. -----

----- Com base nesses pressupostos, a bancada do PS iria votar contra o Relatório, porque a taxa de execução era lamentável e os lisboetas precisavam de mais e de muito melhor. -----

----- **A Senhora Vice-Presidente da Câmara** esclareceu, face à questão levantada pelo Sr. Deputado Municipal Dias Baptista, que o que foi votado em Câmara foi sem errata. Contudo, foi levantada pelo Sr. Vereador Fontão de Carvalho uma questão que dizia respeito ao facto de se ter incluído no activo do balanço uma conta, na parte de dívidas de terceiros, “fornecedores de imobilizados – conta corrente”, e de não vir nada no passivo, onde normalmente aparecia o valor. Isso foi explicado e tinha que ver com o facto de ter havido um valor elevado de permutas no âmbito do Alto do Lumiar, que já estavam negociadas do passado e que parte estava já realizada e permutada com o Município, mas outra parte era bens futuros. Esse valor das permutas gerava 15 milhões de euros e o que se colocou no balanço votado foram 11

milhões de euros, que era o valor líquido entre o que deveria estar no passivo e no activo. Como o valor das permutas para bens futuros era bastante superior ao valor dos fornecedores de imobilizado, só apareceu um valor no activo. -----

----- Disse que, em nome da Câmara, preferia retirar a errata, na medida em que era só uma questão de aparecerem os valores líquidos do lado do activo, sendo submetido a votação apenas o balanço que foi votado em Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** disse que sabia qual era a origem da errata, porque tinha analisado a discussão havida em sede de Câmara, mas agradeceu os esclarecimentos prestados. No entanto, parecia-lhe que a solução apresentada era uma má solução, do ponto de vista da bancada do PS. Havendo uma errata e havendo a consciência de que assim era o correcto, do ponto de vista da bancada do PS não fazia sentido que a Câmara retirasse a errata. -----

----- O PS entendia que devia ser votado com a errata, desde que a Senhora Vice-Presidente se compromettesse a levar à Câmara para rectificar. Assim seria muito mais correcto e os documentos ficariam muito melhor dessa forma, mas cabia à Câmara decidir. -----

----- **O Senhor Presidente** constatou que a Câmara aceitava a manutenção da errata, bem como os Srs. Deputados Municipais. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que gostaria de intervir sobre o ponto da Ordem de Trabalhos seguindo o raciocínio do Sr. Presidente da Câmara, quando apresentou os pontos. No entanto, a análise política que queria fazer dos Relatórios não tinham que ver com a forma como as Contas estavam apresentadas. Tinha assinado o Relatório da Comissão de Finanças e tanto a forma de apresentação das Contas, como a disponibilidade da Senhora Vereadora e do seu gabinete, como dos técnicos da Câmara, só havia que regozijar, porque era mais fácil analisar politicamente como a Câmara agiu. -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara** começou a sua intervenção dizendo que se estava num ano de contenção, não havia receitas, o País estava muito difícil, alguém tinha deixado a Câmara cheia de problemas antes e alguém tinha deixado o País cheio de problemas antes. Não negava isso, mas o problema não era esse, o problema era porque é que, tendo chegado assim, se deitou dinheiro fora e se fizeram determinadas opções de não ter receitas. O BE não podia esquecer que o Sr. Presidente da Câmara, em conjunto com vários partidos da Assembleia, aprovaram entregar 24 milhões de contos ao Sporting e ao Benfica. Num ano de contenção e em que não havia dinheiro, havia para os chorudos ordenados de quem ganhava 20, 30, 40 mil contos e fazia contratos de meio milhão de contos. Estava a dar os números que vinham no Expresso. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que fora aprovado que quem ia fiscalizar as obras passava a ser uma empresa da EPUL e não era remunerada. Aprovou-se que iria ser oferecido ao Benfica e ao Sporting um terço do lucro da construção de 100 apartamentos para cada um, construídos pela EPUL. Aprovou-se que a Câmara ia comprar os terrenos onde estava o estádio antigo do Benfica. Aprovou-se que os clubes de futebol, S.A.s cotadas na Bolsa, estavam libertos de pagar licenças. Isso

estava nos documentos aprovados na Assembleia e foi dinheiro que não entrou na Câmara, não entrou nos cofres do Estado. -----

----- O Sr. Presidente dizia estar-se em ano de contenção, mas então que fosse para todos. Só que, em ano de contenção, o Sr. Presidente trazia à Assembleia uma proposta para que o Sporting e o Benfica não pagassem o Imposto Autárquico sobre os novos estádios construídos. Depois foi feito um ligeiro ajustamento e agora parecia que só não pagavam do relvado. -----

----- Perguntou porque é que um jovem que vinha para Lisboa teria que pagar ao fim de alguns anos cerca de 100 contos por um T0 e porque é que isso não acontecia a uma S.A., cotada na Bolsa. O que se podia dizer em qualquer sítio era que seria melhor ter comprado acções antes, uma vez que se estava a dar dinheiro a S.A.s cotadas na Bolsa. Vinha-se depois dizer que se estava em ano de contenção e isso não dava para entender. Estaria de acordo se houvesse contenção em ir buscar as receitas.

----- Quando se discutiu no início do ano a proposta de Orçamento tinha feito várias propostas, em nome do BE, sobre a forma de ir buscar dinheiro, visto existir de facto falta de dinheiro na Câmara. O Sr. Presidente na altura, quando respondeu, até disse “tomei nota de algumas coisas que foram ditas”. Relembra alguns sítios sugeridos para ir buscar dinheiro: -----

----- De acordo com as contas tornadas públicas num estudo pelo Eugénio Rosa, com base nos métodos do Medina Carreira e do Albano Santos, foi calculado que só no ano de 2002 houve de fuga ao fisco 13831 milhões de contos. Sabia-se que quando não se pagava IRC a Câmara não recebia 10% e a pergunta que já se tinha feito várias vezes era da previsão que a Câmara tinha, quanto é que a Câmara poderia receber se houvesse um sério combate à fuga ao fisco dos ricos. -----

----- Propôs-se ainda que Lisboa não tinha que pagar os custos da capitalidade. Esses custos, em termos de receitas, era um problema muito concreto. Como se era a Capital do País, essa coisa macrocéfala enorme, significava que tinha tudo o que era edifícios do Estado sem pagarem um tostão à Câmara, mas a Câmara tinha que construir os passeios, pagar a luz, arranjar as estradas, tratar do lixo, etc.. Perguntou porque é que Lisboa tinha que pagar isso. Estava aí um problema de claro desajuste, porque um concelho qualquer com 3 ou 4 edifícios do Estado, isso tinha pouco significado no seu orçamento, mas em Lisboa, com milhares de ministérios, escolas, hospitais, direcções-gerais, institutos e mais institutos, mesmo tendo-se prometido que iam acabar com os institutos, nem um único edifício desses pagava um tostão à Câmara. Perguntou porque deveriam ser os lisboetas a pagar esse custo da capitalidade. -----

----- A Assembleia aprovou que o Sr. Presidente da Câmara fizesse diligências junto do Sr. Primeiro-Ministro no sentido de que esse assunto fosse tratado. O que o Sr. Presidente devia dizer agora não era apenas que se estava num ano de contenção, mas de como foi à procura de receitas, que era também o papel do Sr. Presidente da Câmara, ir à procura de receitas para resolver os problemas dos lisboetas. -----

----- Tinha-se ainda feito outra proposta contra um escândalo existente no País, de haver empresários de primeira e de segunda, os empresários do capital financeiro e os outros, que trabalhavam para dar dinheiro ao capital financeiro. Perguntou porque é

que a banca só pagava 11% de IRC e os restantes empresários pagavam trinta e tal. Foi sugerido ao Sr. Presidente que esse assunto fosse tratado, além das diligências da própria Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, percebia-se que havia contenção, mas o BE não estava de acordo que se falasse disso quando se gastava dinheiro noutras coisas. -----

----- Estando-se a falar de execução, o Sr. Presidente terminou a sua intervenção dizendo que seguramente no próximo Relatório as taxas de execução seriam mais elevadas. No entanto, havia algumas taxas de execução elevadas nas Contas, o problema foram as opções de onde gastar ou não. O problema político que se colocava sempre aos dirigentes era decidir e, curiosamente, as menores taxas de execução eram sempre onde estavam os pobres e infelizes. Dava os seguintes exemplos: -----

----- Na página 110, “grandes reparações em bairros sociais”, estavam previstos 10 milhões de euros e foi gasto 1 milhão, execução de 10%. -----

----- “Estacionamentos em altura”, proposta que fazia parte do programa do Bloco e também do programa do Sr. Presidente, os silos. No Orçamento estava previsto para os silos, para não fazer mais parques subterrâneos e não deitar abaixo as árvores da Av. da Igreja, não rebentar com os passeios, etc., estavam previstos 3.663.001 euros, gastou-se zero, taxa de execução zero. -----

----- Passava à página 115, para quem falava muito de que era preciso tirar o trânsito da Cidade. O Bloco também achava que sim, para não se continuar a criar mais parques de estacionamento e a esburacar mais o chão, mas sempre disse que era fundamental o apoio aos transportes públicos e o aumento de velocidade da frota da Carris, o que exigia corredores *bus*. No Orçamento havia 199.520 euros para corredores *bus* e foi gasto zero, nem uma faixa. -----

----- O mais grave era num País em crise, assumida pelo Governo do Sr. Presidente, num País onde se verificava o aumento do desemprego, a Câmara, que devia estar mais próxima dos cidadãos e ter um papel de apoio social, previu no ano passado um investimento na intervenção social de 15.522.000 euros e gastou 2 milhões. Em “crianças, educação e juventude” a taxa de execução foi menos 83%, em “acção social” menos 88%, em “habitação social” menos 50%. A Câmara apenas cumpriu a 100% a “prevenção da toxicodependência”, porque tinha previsto gastar zero euros e gastou zero euros, razão pela qual cumpriu. -----

----- Disse que o BE não estava de acordo com as opções e por isso esperava que a frase final do Sr. Presidente, de que as taxas de execução seriam muito elevadas no próximo Relatório, não fossem como a da toxicodependência, ou seja, baixar-se tanto no Orçamento, como se baixou, as questões sociais que para a próxima era fácil ter taxas altas. Dando zero para orçamentar e realizando zero, a taxa era de 100% e com isso não podia estar de acordo. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)**, no uso da palavra, disse que a sua primeira nota, desde logo, era para sublinhar a presença do Sr. Presidente da Câmara a dar a cara pelo trabalho feito ao longo de 2003. Aliás, no actual mandato era tradição o Sr. Presidente dar a cara por aquilo que fazia, o que aconteceu com o Relatório de 2003 e aconteceu com o Relatório de 2002, não aconteceu com o

Relatório de 99 e não aconteceu com o Relatório de 2000, em que o Dr. João Soares não apareceu para dar a cara por aquilo que andou a fazer. -----

----- Uma segunda nota era para falar do contexto em que se geriu a Câmara em 2003, porque foi, como fora salientado já várias vezes, um contexto inédito na vida autárquica, em que a Câmara teve basicamente que sobreviver com recursos próprios, não se pôde endividar junto da banca e não teve a disponibilidade existente no passado para recorrer a fundos comunitários. Além do mais, houve uma redução ao nível da receita esperada em vendas de bens de investimento. Nesse contexto havia um Plano de Actividades com uma taxa de execução de 55.5%, o que equivalia a 290.4 milhões de euros. -----

----- A taxa era sem dúvida baixa e não se pretendia atirar areia para os olhos de ninguém, aliás, essa questão fora desde logo assumida pelo Sr. Presidente da Câmara, mas apesar de tudo realçava que o valor executado em Plano, apesar de todas as contrariedades, era um aumento face a 2002. Investiu-se na Cidade de Lisboa mais quase 10 milhões de euros, o que correspondia a mais 3.4%. Sem financiamento externo, sem as receitas que se esperava, a execução do Plano de Actividades cresceu praticamente 10 milhões de euros e aumentou 3.4% em relação a 2002. -----

----- Sobre a questão do financiamento externo e das taxas de execução, em que já se ouvira algumas intervenções, gostava de recordar e situar um pouco o debate nessa matéria. Para aqueles que tanto falaram na taxa de execução, aquilo que diziam no mandato anterior sobre essa matéria, citava o Vereador António Abreu em relação ao Relatório e Contas de 2000, que dizia o seguinte: “Qualquer professor universitário desaconselharia a analisar os resultados de gestão de uma câmara municipal exclusivamente em taxas de execução, sabendo que para esse efeito existiam muitas variáveis a ter em linha de conta e que, nomeadamente, havia consignações relativamente ao financiamento externo e outros factores que deveriam ser tidos em linha de conta.” -----

----- Ainda sobre o financiamento externo, dizia o Sr. Deputado Municipal Dias Baptista em Abril de 2001 na Assembleia: “Passando à apreciação concreta dos documentos, desejava começar por realçar algumas questões importantes, das quais a primeira a redução de receitas no ano 2000, facto que merecia ser realçado porque tinha tido implicações, como era bom de ver, não só naquilo que foi a própria execução orçamental, mas fundamentalmente naquilo que era o desempenho do Município.” -----

----- Dizia o Vereador António Abreu já no ano a seguir, em Abril de 2002, numa discussão que tinha com o Deputado Municipal Athayde de Carvalhosa: “sendo o Deputado Municipal Athayde de Carvalhosa oriundo de uma bancada liberal, não percebo que raio de entendimento tem do funcionamento do capitalismo se não havia a possibilidade de recorrer à banca, nomeadamente para fazer investimentos, então onde é que se ia buscar? Como é que uma câmara arranjava dinheiro para fazer investimentos se não fosse através deste tipo de sistemas?” Pois bem, esses sistemas hoje em dia não existiam. -----

----- Dizia o Deputado Municipal Feliciano David, em Abril de 2002, falando sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2001: “tinha sido possível fazendo-se uma gestão criativa e eficiente, recorrendo-se ao financiamento alheio e investindo por forma a aproveitar os fundos estruturais da União Europeia e da Administração Central.” Essas matérias, que eram tão importantes para o poder de então, não existiam hoje em dia. Depois desse discurso, percebia-se as dificuldades do actual Executivo ao não se poder endividar junto da banca ou recorrer a apoios comunitários.

----- Também sobre taxas de execução, dizia o Vereador Fontão de Carvalho em 2000: “era importante referir que essa taxa de execução apresentada não é a taxa de execução física, porque em determinadas áreas, nomeadamente no trânsito e infra-estruturas viárias, já havia obras realizadas fisicamente mas o seu fecho contabilístico ainda não acontecera, porque se tivesse acontecido, a percentagem de execução seria muito maior.” -----

----- Dizia o Deputado Municipal Dias Baptista, em Abril de 2001, o seguinte: “apesar disso, há a perfeita consciência de que existem alguns montantes no Plano de Actividades que, em resultado da tal *décalage* entre a execução física da obra e a execução orçamental em termos financeiros, deviam ser registados.” Depois perguntava ao Vereador Fontão de Carvalho quais as razões desses desvios. -----

----- Terminava com uma citação do Sr. Deputado Municipal Feliciano David, também sobre taxas de execução, que dizia em Abril de 2001: “como se vê, nada de grave que ponha em causa a boa gestão da Câmara, podendo-se mesmo concluir que a taxa de execução do Plano de Actividades é um indicador pouco fiável e até por vezes enganador.” -----

----- Sobre isso não fazia mais comentários. -----

----- Disse que o problema da receita não era um problema exclusivo de Lisboa e sim uma nova realidade que atingia as autarquias, independentemente dos partidos que as governassem. Tal, por exemplo, acontecia na Câmara Municipal do Montijo, presidida pelo PS. Não sabia se o Deputado Municipal Dias Baptista tinha visto uma notícia do jornal “A Capital”, que dizia assim: “Montijo com baixa execução orçamental – A Câmara Municipal do Montijo aprovou anteontem as Contas do exercício de 2003, que ficaram marcadas pela baixa execução orçamental. A Presidente da Câmara, Maria Amélia Antunes, justifica esta situação pelos fortes constrangimentos na obtenção de receitas, o que condicionou a despesa no seu todo, em resultado do abrandamento da economia, da alteração ao regime de tributação e das restrições financeiras ao crédito, possibilitando apenas a realização de um empréstimo de 705 mil euros.” Perguntava ao PS se achava que a Presidente da Câmara do Montijo também era, para utilizar uma expressão sua, só trapalhada. -----

----- Disse que Lisboa estava a andar e a mudar e bastava passear pela Cidade para constatar essa realidade, mas fosse qual fosse o resultado em termos de taxa de execução que a Câmara apresentasse, o balanço das oposições seria sempre o mesmo. As palavras *show-off*, trapalhadas, o que fazia bem era herança anterior e o que fazia mal eram atitudes da Câmara actual, esse seria o discurso recorrente a que, aliás, já se estava habituado. O desígnio das oposições em Lisboa era apenas um e só um, atacar



o Sr. Presidente da Câmara por tudo e por nada, atacar o Sr. Presidente da Câmara a torto e a direito, inclusive, como se assistiu na última sessão, faltando à verdade perante a comunicação social. -----

----- Pediu ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores que prosseguissem no mesmo caminho, a bem de Lisboa, e lembrou que, como dizia o povo, “só se atiram pedras às árvores que dão frutos.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que não gostava de maçar a Assembleia com pedidos de defesa da honra, mas depois de ouvir o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques sentiu-se na obrigação de o fazer, até porque o dito do Sr. Deputado Carlos Marques motivou risos de quem acreditou no que ele disse e o assunto era sério de mais. Aliás, pedia o favor de lhe fazerem chegar o volume que a Senhora Vice-Presidente tinha, com os valores relativos. -----

----- Disse que tudo tinha muita graça, excepto o que não tinha graça nenhuma. O Sr. Deputado Municipal Carlos Marques tinha dito algumas coisas, se calhar animado pelo maior número de público presente na sessão. No seu caso estava habituado a mais público ou menos público, acontecia a todos na vida, mas compreendia que o Bloco de Esquerda estivesse habituado a menos e, se calhar por ter hoje mais audiência, o Sr. Deputado Carlos Marques optou por dizer uma graça, brincando com a prevenção da toxicodependência. Disse que estava zero inscrito e, portanto, a taxa de execução foi 100% porque o que estava inscrito era zero. Tinha imensa graça e todos estavam impressionados com o seu sentido de humor, só que sofria quem estava na toxicodependência. Naturalmente o Sr. Deputado Municipal viria dizer que também lhe custava muito, mas brincou com isso. -----

----- Para quem riu, gostava de dizer que estavam inscritos na toxicodependência 2.018.813 euros e a Câmara investiu 1.689.921 euros. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que era o que estava feito pelos serviços que o Sr. Deputado Municipal tanto elogiou. Estava na página 129, taxa de execução de 84% na prevenção da toxicodependência. Podia até ler os projectos um a um. -----

----- Essa era a política portuguesa, uma graça com assuntos desses. Na sua opinião não tinha qualificação. -----

----- Em relação às outras intervenções, de outro teor, independentemente das discordâncias e embora houvesse assuntos que não queria comentar, queria só sublinhar um ponto em relação à taxa de execução e às realidades da situação política no Município. Não ia fazer comentários, mas, que se lembrasse desde há muito tempo, era a primeira vez que o Executivo não tinha maioria na Assembleia Municipal. Todos os que trabalhavam consigo sabiam que muitas das decisões que estavam a ser preparadas, nomeadamente agora, a um ano e meio de eleições, não valiam a pena. Aliás, nas reuniões de Câmara era frequente, quando o PS anunciava que tinha dúvidas, dizia logo para tirar, não valia a pena perder tempo. -----

----- Os Srs. Deputados Municipais estavam a sorrir por acharem graça, mas essa era a realidade da vida de Lisboa, trabalhava-se e metade do trabalho ficava à espera porque já se sabia que na Assembleia Municipal, principalmente agora, a um ano de eleições, não passava. Até se compreendia que assim fosse, mas lamentava. Era a

primeira vez desde há muitos anos que essa situação acontecia e podia-se dizer que o povo de Lisboa daria razão a uns ou a outros nas próximas eleições, mas um dado era objectivo e isso poderia ser visto nos pontos seguintes sobre a Av. da Igreja e o Lins do Rego, era que todas as obras da responsabilidade do Executivo, desde que fosse obra era muito difícil passar. Esse era um facto que ninguém em Lisboa tinha dúvidas, se o Presidente da Câmara tinha uma ideia, normalmente era má. -----

----- Tinha-se esquecido do que o Sr. Deputado Municipal dissera sobre os 24 milhões de contos ao Sporting e ao Benfica, mas compreendia que à medida que o Sr. Deputado Francisco Louçã subia o tom, vindo da LCI, o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques, que veio da UDP, tinha que subir o tom também. No entanto, parecia-lhe que deviam tentar afinar o tom pela elegância e pelo respeito, independentemente da divergência, porque a luta entre trotskistas, estalinistas e revisionistas não dizia respeito ao povo de Lisboa. Isso devia ser resolvido dentro do Bloco de Esquerda, porque ter que se ouvir os seus excessos só para ver quem falava mais alto nessa coligação de partidos, que não era um partido, era uma ficção, uma coligação de partidos que não se assumiam como tal. O Bloco não era um bloco, era uma colagem de componentes diferentes, em que cada um tinha que falar mais alto que os outros para demonstrar ser mais radical que os outros... -----

----- **O Senhor Presidente** recordou que o Sr. Presidente da Câmara tinha pedido a palavra para defesa da honra. Já havia vários pedidos de intervenção e, portanto, agradecia que terminasse. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** referiu que fora acusado por este Bloco de Esquerda, uma formação política estilo esquerda radical com certo ar, não diria de caviar, mas de salmão, que procurava dar um tom simultaneamente mais aburguesado mas que constantemente caluniava as outras pessoas. A Câmara não deu 24 milhões de contos ao Sporting e ao Benfica e era muito fácil vir à Assembleia deitar isso da boca para fora, quando havia mais público, e isso não era verdade. -----

----- Em relação à acção social, o Sr. Deputado Municipal Dias Baptista foi para percentagens, gostava agora de dar verbas: em 1998 – 3.700.000 euros, 1999 – 4.800.000 euros, 2000 – 6.600.000 euros, 2001 – 6.700.000 euros, 2002 – 6.300.000 euros, 2003 – 6.500.000 euros. Portanto, em acção social despendeu-se o mesmo ou mais que em anos anteriores. -----

----- Desporto: 1998 – 6.900.000 euros, 1999 – 8.700.000 euros, 2000 – 10.200.000 euros, 2001 – 8.800.000 euros, 2002 – 10.900.000 euros, 2003 – 12.800.000 euros. Foi quase o dobro do despendido em anos anteriores. -----

----- Falar em percentagens era fácil, percentagens do que estava para entrar se houvesse as receitas todas, mas o que se investiu em concreto foi igual ou mais nessas áreas do que fora investido em anos anteriores. Esses eram os números que estavam no Relatório. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara, porque não usara nenhum adjectivo que o pudesse ofender, que usasse o debate que tinha sido sempre sério e calmo, porque era o debate do confronto das ideias. -----

----- Sabia que o seu Primeiro-Ministro e Presidente do seu partido, no debate parlamentar da passada semana na Assembleia da República, tinha perdido completamente a compostura perante algumas interrogações que lhe colocaram, mas gostava de continuar na Assembleia Municipal com uma postura de diálogo, de debate, de dizer as diferentes opiniões. -----

----- Não tinha tocado na honra do Sr. Presidente, nem nunca o faria, nem nunca o BE tomou qualquer atitude desse tipo. O que disse estava no mesmo livro que o Sr. Presidente tinha, que foi fornecido pelos serviços da Câmara, e até disse qual era a página. Se o Sr. Presidente não leu essa página e foi ler outra, estava no seu direito e estava no direito de o dizer. -----

----- Não tinha dito que a Câmara não gastou nenhum dinheiro em toxicodependência, disse o que estava escrito e voltava a ler o que estava escrito: “Plano Plurianual de Investimentos por Objectivo e Programa... -----

----- Respondendo a um aparte, disse que tinha ouvido com atenção o Sr. Presidente e não o tinha interrompido. Achava que era um princípio democrático que todos deviam assumir com a devida calma e com as diferenças existentes. -----

----- Sabia que a Câmara tinha gasto dinheiro na prevenção da toxicodependência, todos sabiam, mas era pouco e o assunto estava mal. Aliás, estava presente a comunicação social, que tinha feito várias reportagens de como o assunto tinha piorado, mas isso eram problemas de opinião. -----

----- O que tinha tratado era de um problema sério, que era o do investimento, porque esse era um problema do futuro e não um problema de gastar hoje. -----

----- Respondendo a outro aparte, disse à Senhora Vice-Presidente que tinha a maior consideração e que na Comissão tinha ouvido todas as explicações, mas o Sr. Presidente não podia dizer que não estava escrito. Evidente que era um objectivo por obra, mas tinha um problema político e essa diferença devia ser assumida, era por isso que se era diferente e que havia democracia. O problema era que investimento seria criar coisas para o futuro e o Sr. Presidente tinha dito na campanha eleitoral, havia aí uma divergência sobre isso de forma clara e não tinha a ver com honra, tinha a ver com debate democrático, tinha dito num debate perante o candidato Miguel Portas que um dos meios de investimento necessários para ajudar a combater a toxicodependência e para fazer prevenção da toxicodependência era que devia de haver salas de injeção assistida. A Senhora Vereadora disse que só por cima dela, porque estaria contra. Isso era um problema interno da Câmara o e facto era que não foi feito esse investimento, era zero. -----

----- Por outro lado, gostava de dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que quando a Assembleia quisesse discutir ideologias e organizações partidárias, estava ao inteiro dispor. Já estava habituado a que o Sr. Presidente da Câmara, quando não tinha argumentos, viesse falar de ideologias ou organizações dos partidos. Nunca tinha comentado a organização interna do PSD e seria deselegante da sua parte dizer algum dia que o Sr. Presidente da Câmara vinha falar mais alto porque tinha que concorrer com alguém que lá fora também queria ir para Belém. Nunca tinha dito isso e achava pelo menos deselegante o que fora dito pelo Sr. Presidente. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tomava devida nota do que ia acontecendo e fazia sugestões para que o debate tivesse nível. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que queria fazer um protesto em relação à forma como o Sr. Presidente da Câmara se referiu à Assembleia Municipal. A Assembleia tinha uma legitimidade dada pelo eleitorado e, portanto, votaria consoante a sua composição sobre todos os instrumentos que chegassem e teria sempre essa legitimidade. -----

----- Por outro lado, a actual maioria da Câmara, PSD-CDS/PP, teve sempre os instrumentos fundamentais aprovados pela Assembleia Municipal e não tinham sido esses instrumentos que eram entrave à execução dos seus objectivos. -----

----- Outra questão era relativamente às intervenções históricas que o Sr. Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves tinha feito. Queria só ler de uma acta de 1999, 27 de Abril, a propósito do Relatório e Contas de 1998, o que disse um Sr. Deputado Municipal na Assembleia: -----

----- “A propósito de uma intervenção do Deputado Municipal Feliciano David, este estaria muito contente com uma taxa de execução de 79%. Era um problema dele, não tinha nada contra isso, no entanto, não podia deixar de dizer que quando se fazia um orçamento havia duas coisas que podiam acontecer, ou as pessoas sabiam orçamentar e a despesa final corresponderia ao que foi orçamentado com pequenos desvios, por exemplo 5% eram aceitáveis em qualquer gestão, ou não sabiam fazer orçamentos e depois havia estes desvios enormes, superiores a 20%. Naturalmente que se o Deputado Municipal Feliciano David se contentava com esse desvio, o problema era dele, mas lembrava-lhe que quem geria normalmente não se contentava com este tipo de coisas, sobretudo quem geria os dinheiros públicos, e ninguém obrigara o Município a fazer o Orçamento que fez. Ele tinha maioria na Câmara e na Assembleia não foi constrangido por fazer esse Orçamento.” -----

----- Quem interveio e disse essas palavras foi o Sr. Deputado Municipal Athayde de Carvalhosa, do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção procurava dirigir-se ao Sr. Presidente da Câmara e também ao Sr. Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, a quem agradecia desde já a deferência para com a sua pessoa, por ter ido à procura das suas intervenções na discussão do Relatório e Contas de 2000. Em relação a isso, o Sr. Deputado Municipal esqueceu-se de referenciar algo que era muito importante e que era útil para o esclarecimento, até porque não estava a dirigir-se a si, estava a dirigir-se ao público e à comunicação social e era bom dizer também que nesse Relatório a sua ambição era querer mais, querer uma execução maior, mais trabalho, mais obras para a Cidade de Lisboa e para os lisboetas. Só que a taxa de execução no ano 2000, apesar de ter manifestado tanta insatisfação, foi de 65.3%. -----

----- Talvez o Sr. Deputado Municipal não soubesse qual era a taxa agora, mas ia dizer-lhe outra vez. A taxa do Plano Plurianual de Investimentos era de 48%, mas se fosse sem as permutas era 41.2%. Se a análise fosse do Plano de Actividades, a taxa era de 55.5% e sem as permutas era de 52.9%. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que o Sr. Presidente da Câmara sabia estar a dizer uma tremenda falsidade. Ficava mal a uma pessoa séria na política, como o Sr. Presidente da Câmara, fazer uma afirmação dessas, sobretudo porque sabia estar a dizer uma coisa que não tinha a mínima correspondência com a realidade. -----

----- Dirigindo-se novamente ao Sr. Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, disse que o Montijo era o Montijo. Tinha a maior deferência para com a sua amiga Presidente da Câmara Municipal e agradecia-lhe muito o empenho com o trabalho brilhante que estava a fazer,. Mas o que se estava a analisar agora era o trabalho em Lisboa, a Cidade que se queria melhorar e sobretudo onde os lisboetas precisavam de trabalho. Portanto, agradecia muito o empenho pelo Montijo, mas o que se devia analisar era Lisboa. -----

----- Em relação a Lisboa, agradecia a referência feita pelo Sr. Presidente da Câmara sobre o desporto, mas reafirmava que a taxa de execução nessa matéria foi exactamente aquela que tinha referido, ou seja, 21%. Os valores eram os mesmos e essa era a taxa de execução. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra para defesa da honra, começou por dizer que de experiências anteriores tinha decidido não entrar nesse tipo de jogo. Era frequente, quando se estava a discutir uma coisa, a certa altura começar-se a discutir outras completamente distintas e o que se estava a discutir era a baixíssima taxa de execução do Plano. No entanto, já se discutia se os maoistas se podiam juntar com os trotskistas, como se não fosse legítimo que cada partido fizesse o que entendia para o seu futuro e juntar-se ou separar-se. Portanto, tinha-se um *fait d'iver* em relação à matéria em causa, tendo-se conseguido de facto uma diversão. ----

----- A sua defesa da honra vinha essencialmente porque o Sr. Presidente da Câmara não tinha legitimidade para afirmar que na Assembleia Municipal não passava nada. O que se tinha agora, como a execução era baixa, era um plano encoberto com uma altíssima taxa, um conjunto de ideias magníficas para a Cidade que nem sequer a Cidade conhecia porque cada vez que se lembravam não as apresentavam, uma vez que a Assembleia iria chumbar. -----

----- Relembrava que o único caso apresentado na Assembleia Municipal e que foi chumbado mereceu a reprovação também do PSD. Se alguma dúvida havia, não era nada de estruturante e aquilo que era estruturante e a Assembleia queria chumbar, que era o túnel do Marquês, aí o Sr. Presidente da Câmara conseguiu fazê-lo evitando a Assembleia Municipal. Naquilo que queria fazer e que queria arrancar em obra, arrancou sem precisar da Assembleia Municipal para nada e era uma obra de valor muito significativo e tão disparatada como muitos achavam. -----

----- Se o Sr. Presidente da Câmara tinha magníficas ideias, devia apresentá-las e depois a Cidade saberia as responsabilidades de cada um pela aprovação ou não das propostas. O que não podia era fingir que tinha um plano magnífico, todo ele empacotado pela Assembleia, quando a Assembleia não só não conhecia o projecto, como nunca foi questionada sobre ele. Portanto, havia um plano encoberto, mas que não existia na verdade, era ficção e, portanto, o Sr. Presidente da Câmara não tinha legitimidade para acusar a Assembleia de rejeitar aquilo que nunca foi apresentado. --

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que a única questão que procurara trazer ao debate era por se assistir da parte das oposições a uma listagem exaustiva de taxas de execução da Câmara, quando tinham andado durante 12 anos a dizer o que disseram sobre taxas de execução, de que eram indicadores enganadores e pouco fiáveis. Agora, com base nisso, vinham fazer um ataque à Câmara. Percebia porquê, era por saberem que havia obra feita e por isso agarravam-se as taxas de execução. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que quando tinha assumido a Presidência da Câmara nunca pensara que pudesse passar pelo humilhação de apresentar o pior resultado da gestão do Município nos últimos 17 anos, ou seja, as mais baixas taxas de execução do Plano de Actividades, 55.5%, e a mais baixa taxa de sempre do Plano Plurianual. Perante essa hecatombe, só lhe restou confessar que “é uma taxa de execução baixa... mesmo com as alterações orçamentais”, que, como se sabia, foram 24. -----

----- Vinha justificar esse resultado por “o crescimento real da economia ter sido negativo”. Isso eram desculpas de mau perdedor, porque a crise nacional não se reflectiu da mesma maneira na Autarquia. Depois, era o próprio Sr. Presidente que de forma contraditória o confirmava, “as receitas da Sisa e da Contribuição Autárquica aumentaram e a derrama baixou um pouco. Com efeito, as receitas correntes e estruturais de 2003 mantiveram-se praticamente ao mesmo nível das de 2002, dado o bom desempenho da Contribuição Autárquica.” -----

----- O problema fora a quebra de receitas correntes em 2003, pois a Câmara recebeu mais dinheiro nesse ano proveniente dessas rubricas do que teve a coligação de esquerda em 2001. As receitas de capital é que tiveram uma quebra bastante acentuada. A Senhora Vice-Presidente lamentava-se dizendo que foi o pior ano de receitas e acrescentava que não se tinha vendido património, tendo o Sr. Presidente confirmado, “eram precisos cerca de 300 milhões de euros de venda de património, o que não se concretizou e, portanto, ficou-se com 500 milhões de euros de receita.” ---

----- Isso aconteceu porque falhou nas previsões que fez no Orçamento. O montante inicial era de 781 milhões de euros e não foi além de 569 milhões. Pretendia vender 322 milhões de euros de bens de investimento e só vendeu 87 milhões. -----

----- Recordava que também em 2002, numa reunião que o PCP teve na Câmara com a Senhora Vice-Presidente, foi dito que pretendia vender 13 mil fogos. Perguntou quantos tinha vendido em 2002 e em 2003. Isso significava que fazia previsões que não cumpria e nem a receita extraordinária de 100 milhões de euros, saldo que transitou de 2002 para 2003, evitou a degradação financeira da Câmara. A culpa foi naturalmente da Câmara, por incapacidade e má gestão, uma vez que não conseguiu cumprir os objectivos a que se propôs. -----

----- O Sr. Presidente tinha falado da impossibilidade de contrair empréstimos e isso era verdade, havia essa impossibilidade, mas porque o Governo de cujo partido era Vice-Presidente o impôs, em muitos casos contra a vontade dos municípios. -----

----- Tinha dito também que houvera dificuldades na obtenção de fundos comunitários e isso era verdade, mas também em parte porque não fez projectos e obra que pudesse ser comparticipada. De outra maneira conseguiria fazê-lo, porque a anterior coligação conseguiu obter receitas com base nisso, situação que já várias vezes focara. -----

----- O Plano de Actividades, de uma dotação prevista de 523.6 milhões de euros, teve uma execução de apenas 290 milhões, com uma quebra elevada de investimento. Se comparasse o Plano de Actividades de 2003 com o de 2001, o último ano em que a coligação de esquerda esteve no poder, verificava-se que a taxa de execução de 2003 foi muito inferior, baixando de 69% para 55.5%, e menos 88 milhões de euros. Não admirava, pois, que a maioria das taxas de execução sectorial tivessem sido reduzidas, o que revelava o desnorte da actual gestão. -----

----- Citava apenas alguns números, porque outros Deputados Municipais já tinham citado, mas referia apenas o desporto – 21%, o trânsito – 11%, juventude – 17%, conservação da rede viária – 37%. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves já tinha respondido a um artigo e entendera que não valia a pena ripostar, mas neste caso não podia deixar de ripostar em sede própria a algumas referências que lhe eram feitas. Relativamente ao que tinha dito anteriormente, aquando da discussão do Relatório e Contas e do Plano de Actividades, era preciso não retirar as suas palavras do contexto e o que dissera foi que por vezes era pouco fiável e até enganadora, era verdade e mantinha o que disse. Por exemplo, houve objectivos da actual maioria em que a taxa de execução nesse ano foram os mais altos, fundamentalmente naqueles em que os subsídios e transferências assumiram maior importância, como foi o caso do turismo, em que transferiu 3.3 milhões de euros e com isso a taxa de execução cresceu, mas não fez obra. -----

----- Por exemplo, o programa de reabilitação urbana, no qual cerca de um terço da dotação foi transferida pela EGEAC, com actividades de natureza cultural e onde esse dinheiro foi efectivamente gasto, não foi propriamente em obra, mas para a Moda-Lisboa, que passou de 150 mil euros para 900 mil euros, ou para o Projecto Experimenta Design. -----

----- Nesses casos as taxas de execução foram as mais altas e era preciso não descontextualizar o que tinha referido, uma vez que eram enganadoras. Além do mais, as taxas de execução eram globais e todos os anos entravam da mesma maneira. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves também dissera que tinha referido que não se deviam utilizar os empréstimos e os fundos comunitários e isso era verdade. Embora agora não pudessem ser utilizados, a anterior maioria utilizou os fundos comunitários e empréstimos e fez obra, soube gerir bem e isso é que era o importante. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, a propósito das baixas taxas de execução do PER dizia que “há insuficiências, há coisas que não correm bem ainda, lentidão e morosidade”. Depois acrescentava “há excesso de zelo às vezes por parte de alguns serviços” e ameaçava os funcionários, “procederei a mudanças de responsáveis”. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara procurava justificar o fracasso atribuindo à incapacidade dos serviços por atrasarem os procedimentos, afirmações graves que não

devia fazer. Se havia algum culpado, e havia, era o Sr. Presidente, que fez promessas e foi incapaz de as cumprir. -----

----- Para além das baixas taxas de execução do Plano de Actividades, havia ainda a destacar pela negativa o aumento das despesas de funcionamento, 38 milhões de euros, e a redução das taxas de investimento. -----

----- No primeiro caso, comparando as verificadas em 2001, que foram de 334 euros por habitante, com as de 2003, que atingiram 537 euros, não havia margem para dúvidas de que o aumento nada abonava quanto a eficácia do funcionamento da Câmara. -----

----- Quanto ao investimento, o índice que melhor media a capacidade de realização de obra, a diferença entre o montante investido em 2001, que foi de 453 euros por habitante, com o investido em 2003, 334 euros, não deixava margem para dúvidas. ---

----- O Sr. Presidente, na sessão camarária em que se discutiu o Relatório de Gestão de 2003, disse “eu penso que os números falam por si”. Era verdade e perante eles concluía-se que a gestão da Câmara, nos dois primeiros anos de mandato da actual coligação, foi de mal a pior, sem que tivesse realizado qualquer obra de vulto. Nem em relação aos dois projectos emblemáticos que se tinha proposto, a reabilitação do Parque Mayer e o túnel do Marquês, havia a certeza de poderem ser concretizados. ---

----- O Sr. Presidente desculpava-se dizendo que em 2002 foi um ano para arrumar a casa e 2003 um ano para lançar os projectos e que em 2004, então sim, iria subir ao pódio, querendo com isso dizer que iria atingir as melhores taxas de execução do Plano de Actividades da anterior coligação, que em 1998, por exemplo, ascendiam a quase 80%. Mais uma vez o Sr. Presidente fazia a fuga para a frente, com as habituais promessas. -----

----- Salientava a existência de uma contradição profunda entre o discurso populista e demagógico do Sr. Presidente e a sua actuação prática. Dizia dar prioridade às questões sociais e de educação mas, devido à sua opção ideológica, eram exactamente essas áreas de menor visibilidade em que o aumento de investimento poderia melhorar a qualidade de vida que tinham as dotações mais baixas. -----

----- À Câmara faltava uma estratégia global para a renovação da Cidade, plasmada num projecto com consistência, num Executivo com capacidade para captar os meios necessários para o implementar e competência para gerir o Município. Não havia praticamente projectos novos estruturantes e de importância para a Cidade, limitando-se a fazer uma gestão de conjuntura e a concluir projectos iniciados pela coligação de esquerda, entre os quais 4 foram inaugurados na semana anterior, nomeadamente o campo de futebol do Bairro da Boavista, a piscina de Alfama, o Centro de Cultura Popular de Santa Engrácia e o polidesportivo de Santa Catarina, entre muitos outros que eram projectos antigos. Isso sim, era obra. -----

----- Disse que o ano de 2003 foi um ano perdido, um ano de estagnação para Lisboa, com muitas promessas e pouca obra realizada, que se tentava iludir com vastas operações de publicidade e marketing político à custa do erário público. O Sr. Presidente ia dizendo que podia precisar de um segundo mandato se não as concretizasse. Isso eram esperanças vãs, porque havia um tempo para fazer promessas



e outro tempo para as cumprir e o povo de Lisboa, enganado uma vez, não voltaria certamente a cometer o mesmo erro nas próximas eleições. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que, tentando recentrar a discussão na essência do que estava a ser debatido, o mérito das Contas apresentadas e necessariamente a responsabilização política pelos resultados que essas Contas revelavam, podia-se considerar unânime, e essa era uma leitura que também era em parte feita pela Câmara, que as taxas de execução do Plano Anual de Actividades e do Plano Plurianual de Investimentos eram baixas. Diria mesmo que, confrontadas com anos anteriores, eram baixíssimas. -----

----- Intercalava uma justificação que foi evocada, de que a Assembleia Municipal eventualmente funcionaria como uma força de bloqueio relativamente à actividade da Câmara. Na opinião de quem estava atento e seguia com proximidade os trabalhos da Assembleia, essa afirmação não era verdadeira. Faltaria ao Sr. Presidente identificar um único projecto estruturante da actividade do Município que tivesse sido inviabilizado na Assembleia Municipal, um único. Nem mesmo a reestruturação dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, que no primeiro ano de mandato foi evocada como razão para uma baixa taxa de execução, mas que seria compensada pela recuperação nos anos subsequentes, nem essa proposta polémica foi obstaculizada, aliás, foi aprovada e já se estava em tempo de ver os resultados com reflexo nas taxas de execução. Continuava-se a assistir a baixas taxas de execução e, portanto, não foi a reestruturação dos serviços da Câmara ou a ausência dela responsável pelos actuais resultados. -----

----- Havia também uma contradição em toda a apresentação dos resultados. Evocavam-se quebras nas receitas, dificuldades em angariar fundos comunitários, dificuldades na angariação através de impostos directos e indirectos. No entanto, assistiu-se a um aumento exponencial dos serviços externos contratados, ou seja, era opção de gestão da Câmara considerar insuficientes os recursos à sua disposição e contratá-los ao exterior. Para esse resultado, o montante chegou a 140.355.000 euros. Consequentemente, os custos operacionais da Câmara durante o exercício de 2003 passaram para 469.446.000 euros. Estava-se perante aumentos que de um ano para o outro teriam que ser considerados alarmantes. -----

----- Perguntou qual era o reflexo desses aumentos nas taxas de execução e se a contratação de serviços externos, os *out-sourcings*, se tinham reflectido numa melhoria da execução dos investimentos da Câmara. Tinha que se concluir negativamente. -----

----- Perante a insatisfação que estava a ser manifestada pelo Sr. Presidente, confrontava-o ainda com outros dois números, designadamente o resultado líquido do exercício, que foi de 6.373.000 euros. O Sr. Presidente só obteve resultado líquido positivo porque teve 47.800.000 euros de receitas extraordinárias, porque se tivesse tido os resultados que teve no ano de 2002, que foi de 6.472.000 euros, o resultado líquido teria sido negativo. -----

----- Era evidente que algo ia mal na gestão do Município e não só à luz desses números, havia outros que podiam ser evocados para provar essa afirmação. -----

----- Disse que no tempo dessa famigerada coligação de esquerda, que governou 12 anos a Cidade de Lisboa e que era tantas vezes responsabilizada por todo o mal que havia no Município, ainda assim os indicadores financeiros permitiam que a Câmara tivesse *ratings* bem qualificados e bem apreciados pelo mundo financeiro e junto das instituições financeiras. Se comparasse os indicadores financeiros, a título de exemplo, nalguns indicadores de 2003 e de 2001, tinha-se os seguintes resultados: ---

----- Rentabilidade líquida do activo, 2001 – 5.2%, 2003 – 0.2%. E só tinham passado dois anos. -----

----- Endividamento, 2001 – 34%, 2003 – 49.9%. E era nesse tempo que se recorria ao crédito, agora não se podia. -----

----- Solvabilidade, 2001 – 293.7%, 2003 – 200.3%. -----

----- Havia um traço comum, que era sempre a descer e em prejuízo para o Município. Depois havia outros indicadores que também eram alarmantes no Relatório de Gestão, designadamente o acudir às empresas municipais. Os financiamentos às empresas aumentaram em 13 milhões de euros e ainda não estavam contabilizados, para preocupação de todos, os resultados finais do envolvimento da EPUL, ou seja, ainda não havia um relatório financeiro do apoio que a EPUL prestou nos protocolos com o Sport Lisboa e Benfica e com o Sporting Clube de Portugal. Esses resultados ainda estavam por apurar e um dia seriam apresentados. -----

----- Passando a um tema que já fora reiteradamente focado, os resultados sobre o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano Anual de Actividades, havia que fazer a ligação directa desses resultados e de alguns projectos neles incluídos com as promessas eleitorais feitas e que eventualmente teriam motivado a eleição do actual Executivo e a perspectiva de execução nos mais de dois anos de mandato e no curto período, em termos autárquicos, que faltava para o final, antecipando-se já um balanço extremamente negativo. -----

----- Falando em aspectos concretos, projectos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos que tiveram execuções paupérrimas, preocupantes, deficitárias para a qualidade de vida dos lisboetas, havia obras em centros de emergência, péssimo, requalificação de vias pedonais da Baixa, péssimo, túnel do Rego, creches, saneamento e protecção ambiental, Teatro Municipal Maria Matos, espaços verdes, remodelações em espaços públicos, sistema informatizado do património da Câmara Municipal de Lisboa, algo que era frequentemente apontado como arma de arremesso à gestão anterior. Estava-se a falar de um Plano Plurianual de Investimentos, que não admitia quebras, se houvesse uma quebra como a verificada neste ano o resultado final no termo do mandato seria negativo quanto a esses processos. Só tinha falado nos que tiveram piores execuções. -----

----- Relativamente ao Plano Anual de Actividades, àquilo que deveria ter sido realizado este ano e que estava programado, também aí as deficiências de execução atravessavam todos os sectores de actividades da Câmara. Sistema de transmissões de segurança, 0%, estacionamento em altura, 0%, estacionamento subterrâneo, 0%, estacionamento de duração limitada, 0%, espaços de juventude, 6.7%, aí subiu um pouco, expansão de redes de bibliotecas, 9.4%. Para mascarar essa situação pouco

favorável em abono da Câmara, foram elevados os adiantamentos a fornecedores de imobilizado, ou seja, a construtores, aos autores das obras públicas, em que foram fornecidos adiantamentos para elevar um pouco a taxa de execução. Não era que isso se reflectisse materialmente em obra executada. -----

----- Era uma conclusão pouco positiva para a Câmara Municipal de Lisboa a que estava referenciada nos documentos apresentados. Não valia a pena evocar a responsabilidade da coligação de esquerda, em maioria na Assembleia Municipal, porque não era responsável neste momento e não seria responsável no final do mandato pela ausência do cumprimento das promessas eleitorais. Não era responsável pela ausência de realização do túnel do Marquês, se ele não se realizasse, não era responsável pelo não funcionamento do licenciamento de obras municipais em menos de um mês, como fora prometido e não era executado, também nada tinha a haver com o casino e não podia ajudar a repovoar o centro da Cidade, não era responsável por não haver jovens no centro da Cidade e pelas demais promessas que não eram cumpridas e que afectavam a qualidade de vida das pessoas. -----

----- Relembrava que a partir de Setembro se entraria em ano eleitoral e, de acordo com um juízo de razoabilidade, já não era possível serem cumpridas as promessas. O descalabro do actual mandato já se anunciava e era visível. O povo de Lisboa, no seu juízo sábio, como sempre, faria a avaliação que teria reflexo na votação na votação. --

----- Terminava reiterando que a coligação de esquerda queria o bem da Cidade, quis durante os 12 anos que a governou, com as aquisições e melhorias que conseguiu para os cidadãos, e continuava a querê-lo. Não era a coligação de esquerda a responsável pelo estado a que a Cidade chegou. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, no uso da palavra, disse que pretendia colocar algumas questões que decorriam da experiência concreta de dois anos de trabalho com a CML, questões que diziam respeito à Junta de Freguesia de Santo Estevão e que se sabia serem sentidas também em todo o Bairro de Alfama. -----

----- O Sr. Presidente começou tardiamente o ordenamento de medidas para o trânsito e estacionamento, em Agosto do ano passado. Essas medidas foram acompanhadas pela Junta de Freguesia e, passado um ano, ainda havia muitos problemas por resolver, desde estacionamento indevido dentro do bairro, falta de fiscalização, falta de respostas em relação à intervenção no espaço público, falta de alternativas para estacionamento de moradores e comerciantes. Tinha-se vindo a degradar e a agravar todo o sistema e o regulamento não era cumprido. -----

----- A insegurança na Freguesia e no bairro vinha-se agravando. Continuava a não haver resposta da CML aos problemas colocados há vários meses, como por exemplo buracos nos passeios, abatimentos na via pública, cortes frequentes de electricidade. Esses problemas também prejudicavam a segurança no bairro, assim como a pouca vigilância policial. Tinham aumentado os roubos a estabelecimentos comerciais e a viaturas particulares. Contra essa situação foi lançado um abaixo-assinado que recolheu mais de 500 assinaturas, reivindicando mais segurança para o bairro de Alfama e que foi entregue ao Comandante da 5ª Divisão da PSP. -----

----- Quanto à intervenção da CML na reabilitação urbana, área de grande importância para o bairro, verificou-se que as obras referentes ao projecto integrado do Chafariz de Dentro, que deveriam ter começado em 2002, como prometera a Senhora Vereadora em duas reuniões com a população, estava tudo mais ou menos na mesma.

----- Os prédios municipais que passaram para a EPUL em Junho e Outubro de 2003 ainda continuavam fechados e emparedados. Na última reunião, em Outubro de 2003, a Senhora Vereadora prometera a um morador realojado que iria passar o Natal à sua casa no Beco do Penabuquel, o que não aconteceu e esse não era o único compromisso assumido publicamente e que não foi respeitado. -----

----- Apesar de se continuar a ouvir declarações simpáticas sobre o papel das juntas de freguesia, a verdade era que até à data se continuava a ter informações sobre a actividade da Câmara com efeitos na freguesia apenas através da comunicação social. Isso tinha acontecido com o Programa Lisboa Porta a Porta, recentemente apresentado. No entanto, ainda não era tarde para quem de direito suscitar uma discussão que tivesse por objectivo corrigir aspectos fundamentais, tais como os trajectos e horários, para que esse serviço servisse melhor os moradores do bairro. ----

----- Também foi pela comunicação social que se soube da inauguração da Piscina de Alfama. Quem promoveu essa inauguração apressada ignorava a história de muitos anos de batalha do povo de Alfama pela sua piscina. Como representantes da população, não se podia deixar de exigir à Câmara Municipal para ter em conta a opinião e os interesses de todas as juntas de freguesia. -----

----- Em várias ocasiões o Sr. Presidente foi alertado para a necessidade de retomar o protocolo para as pequenas intervenções na habitação particular. Também nesse caso não se foi ouvido e há dois anos que moradores de poucos recursos económicos, na maioria idosos, estavam impedidos de beneficiar desse apoio mínimo, mas de grande importância social. -----

----- No Relatório estava bem retratada a importância que o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores concediam às juntas de freguesia. Na generalidade, não era feita referência aos órgãos autárquicos das freguesias e em vários casos eram incluídas no Relatório acções e iniciativas que foram realizadas sobretudo por via do empenhamento das juntas de freguesia. As juntas continuavam a financiar a CML no respeitante a projectos e a prova era o atraso verificado na transferência de verbas do protocolo. -----

----- Nos dois anos de mandato continuava a verificar-se a ausência de respostas a muitos problemas. Não havia resposta quanto à recuperação do lavadouro do Beco de Mexias, destruído pelo rebentamento de um colector em Outubro de 2003. A construção da creche do Beco do Loureiro tinha há anos o projecto feito e à espera, não sabia de quê. Esses equipamentos faziam muita falta na Freguesia. -----

----- Como mencionara, na sua Freguesia os problemas mais sentidos foram esquecidos na actividade da Câmara no ano de 2003, como agora foi demonstrado pelas baixíssimas taxas de execução apuradas. Como em outras ocasiões tinha referido, estava disponível para, em conjunto com a Câmara, trabalhar na resolução

dos problemas e apoiar todas as medidas ou projectos que visassem melhorar a vida de quem morava e trabalhava na Freguesia de Santo Estevão e no Bairro de Alfama. -

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** começou por dizer que iria ser rápido, até porque a Assembleia Municipal tinha como grande desidrato chegar à discussão e votação das duas importantes propostas relacionadas com estacionamento na Av. da Igreja e na José Lins do Rego. Não se queria defraudar a expectativa e a esperança das pessoas presentes. -----

----- Tinha pena que o Sr. Presidente da Câmara não estivesse presente, porque a sua intervenção era vocacionada para responder directamente ao Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente tentara justificar o injustificável, que era a baixa taxa de execução, com a obstrução da Assembleia Municipal de Lisboa, o que não era verdade. Havia muita gente que estava hoje a ouvir pela primeira vez a Assembleia Municipal e podia perpassar a ideia de que era uma força de obstrução, quando não era verdade. -----

----- Respondendo a um aparte, disse ao Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD, que era absolutamente falso, porque não havia uma única proposta estruturante para a Cidade de Lisboa que fosse chumbada na Assembleia. Inquestionavelmente, da parte da bancada do PS, assim como da bancada do PCP, não tinha qualquer procuração, mas eram factos e era de factos que importava falar, não havia uma única proposta estruturante para Cidade de Lisboa que fosse chumbada pela Assembleia. ---

----- Falando de coisas importantes para os cidadãos, tinha vindo à Assembleia uma proposta fundamental para o Município, que era a reorganização da Câmara. Tinha-se dito que era um erro, estava mal elaborada, apresentaram-se propostas de alteração que a maioria acolheu e a proposta foi aprovada. Não era a proposta do PS, a proposta que foi aprovada não era a da maioria, mas foi aprovada a proposta que a maioria quis. Era uma má solução, mas foi a maioria que a apresentou, não foi a Assembleia.

----- O Sr. Presidente tinha perguntado qual era a taxa de execução em 2000 sem permutas e disse uma coisa grave, que justificava as trapalhadas em que a Câmara Municipal estava metida. O Sr. Presidente da Câmara respondia sempre com uma enorme impulsividade e depois levava a Câmara para as trapalhadas em que se estava a incorrer, podia-se ver pelo Parque Mayer e pelo túnel, e aquilo que o Sr. Presidente disse foi que a taxa de execução sem as permutas era de 20%. Lamentavelmente, estava enganado e queria provar agora que a taxa de execução fora de 63.1%. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra relativamente ao Relatório de Actividades da Câmara, disse que gostaria de dar alguns exemplos concretos, sobrepondo-se à maioria do debate que tinha sido realizado até então, uma discussão muito financeira sobre taxas de execução e com poucos exemplos concretos do que se teria passado no ano de 2003. -----

----- Disse que não ficaria bem com a sua consciência e com a população que representava, da Ameixoeira, se não viesse mais uma vez dizer que fazia mais ou menos um ano que se discutiu o Relatório de Gestão de 2002 e nessa altura estava desanimado e frustrado com o que teve que confrontar o Executivo da Câmara

relativamente ao abandono e à falta de intervenções e de obras na Freguesia da Ameixoeira no ano 2002. Não sabia então que ainda poderia chegar a uma situação pior e que teria que vir na discussão do Relatório de 2003, lamentavelmente, constatar que a irresponsabilidade com que a Câmara tratou a Freguesia da Ameixoeira no ano 2002 daria lugar à inconsciência e diria mesmo à prepotência com que a Freguesia e a população foi tratada no ano de 2003. -----

----- No Relatório apresentado pela Câmara, de todos os quadros que pudessem apresentar com obras relativas à Freguesia da Ameixoeira, obras estruturantes da Cidade, designadamente a execução do Parque Periférico, abrangendo várias freguesias e incluindo uma grande parte da Ameixoeira, o Eixo Norte-Sul, o início da construção dos equipamentos sociais, desportivos, culturais, parques infantis, no Vale da Ameixoeira, tudo estava parado desde 2002 e continuou parado no ano de 2003. --

----- Para agravar essa situação de inércia, o Sr. Presidente resolveu incumbir os serviços da Câmara de no ano 2003, ao findar do ano, tentar resolver o problema do Vale do Forno. Não só não resolveram o problema do Vale do Forno, como o transportaram numa grande proporção para a freguesia da Ameixoeira, muito concretamente para a zona do antigo Bairro das Galinheiras, que, como sabia quem conhecesse Lisboa, já não era uma zona muito favorecida a nível social, antes pelo contrário. -----

----- O que o Executivo da Câmara no ano de 2003 fez pela Freguesia da Ameixoeira foi criar, e não foi por falta de avisos da população, dos representantes da população, dos representantes da autarquia, no caso Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia, Junta de Freguesia, não foi por falta de aviso que trataram o tema com uma insolência e uma prepotência de tal ordem que passados 4 meses de terem querido resolver o problema do Vale do Forno o que conseguiram foi deslocar um problema gravíssimo a nível de segurança, de falta de acompanhamento social de uma população extremamente carenciada, que era a do Vale do Forno, para uma zona que já de si tinha grandes problemas de insegurança, grandes problemas sociais e grandes problemas de falta de infra-estruturas. -----

----- Queria ironicamente agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o presente envenenado que deu à população da Ameixoeira, mais em particular à população das Galinheiras, esperando que no ano e meio de mandato que faltava o Executivo da Câmara se lembrasse que a periferia de Lisboa não era o caixote do lixo, uma zona da Cidade que fosse de desprezar, antes pelo contrário. Já tinham sido muito prejudicados pela inércia e por falta de compromissos assumidos para aquela zona da Cidade. Também faziam parte da Cidade e em representação de uma numerosa população carenciada, não vinha hoje dizer que dava o cartão vermelho, visto não ser árbitro de futebol, mas dava uma bola preta muito grande em nome da Freguesia da Ameixoeira e em nome da população das Galinheiras, esperando que no próximo ano não tivesse que vir novamente lamentar-se. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a haver com a fraca taxa de execução da Câmara Municipal de Lisboa. Já estivera um

Deputado Municipal do PSD a dizê-lo e não era novidade repeti-lo, mas ao contrário do que quis demonstrar, a verdade era que a taxa era mesmo muito baixa. -----

----- Em 2002 a Senhora Vereadora informou a população de São Miguel que o processo do Chafariz de Dentro estava todo licenciado. No ano de 2002 foi distribuído um folheto onde estavam, por quarteirão, os anos em que iriam ser tratados, sendo o último ano o de 2003. Estava-se em 2004 e o edifício da nova Junta de Freguesia, o quarteirão E do Processo Integrado do Chafariz de Dentro, que era para estar pronto em 2002, ainda não estava. -----

----- Perguntou para quando as obras do Chafariz de Dentro, para quando a nova sede da Junta de Freguesia, para quando o silo que iria ajudar a condicionar o trânsito em Alfama, para quando o parque de jogos do Centro Cultural Dr. Magalhães Lima e o parque infantil lá existente, para quando a piscina de Alfama, para quando todas as outras propostas que o Sr. Presidente vinha veiculando na comunicação social, como a que apresentou na passada sexta-feira do Lisboa a Cores. -----

----- O Sr. Presidente dizia no seu slogan sobre o Lisboa a Cores que “Quem cuida ama” e isso era verdade, quem cuidava amava e respeitava, pelo que era necessário respeitar as diferenças e a população de São Miguel. O certo era que ainda não estava definido o contrato que os moradores que iam sair hoje para ser realojados fora do bairro teriam com a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de voltarem às suas casas. Respeitar não era só por palavras, era de actos. -----

----- Sobre a piscina de Alfama, passava a ler a proposta que foi à Câmara em 98: ----

----- “Considerando que a Cidade de Lisboa carece de piscinas públicas e que no Bairro de Alfama, de elevada densidade populacional e com largas tradições populares no domínio da natação, não existe qualquer equipamento do género para utilização colectiva. -----

----- Considerando que a política desportiva promovida pela Câmara Municipal de Lisboa nos últimos anos se tem revelado um instrumento essencial tendente à criação e ao aproveitamento dos espaços desportivos e de lazer, dotando a Cidade de novos equipamentos que sirvam a população residente.” -----

----- Esse texto fora aprovado na Câmara Municipal de Lisboa em 1998 , em 22 de Julho, por unanimidade. Em 2004 verificava-se que a Câmara não convidou a Juntas de Freguesia de São Miguel, que reivindicava esse equipamento para a sua população há muitos anos, não convidou as colectividades do bairro e, pelos vistos, também não ia dizer à população de Alfama quando iria ter o seu parque de jogos, que ia ser tirado para fazer o silo, e quando haveria equipamentos na Freguesia para que os jovens pudessem crescer saudáveis e não em guetos, nem levados para caminhos que com certeza ninguém queria para os filhos ou para os netos. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que, apesar da Ordem de Trabalhos ter assuntos muito importantes, não podia deixar de intervir neste ponto, já que se estava a apreciar a conduta e o comportamento da Câmara ao serviço da Cidade durante o ano de 2003. -----

----- Parecia-lhe que o Relatório de Gestão de 2003 era um documento penoso para a Câmara, por diversas ordens de razão. Primeiro porque as desculpas dadas hoje eram quase cópias das apresentadas aquando da discussão do Relatório de 2002. Segundo porque cada vez seria mais difícil à Câmara conseguir convencer os lisboetas das verdadeiras razões pelas quais a sua qualidade de vida piorou a olhos vistos, apesar da propaganda colocada na via pública a dizer precisamente o contrário. -----

----- Ao contrário do que tinha sido a postura da Câmara na Assembleia Municipal quando era confrontada com os problemas existentes na Cidade e em particular em Marvila, em que, ou não respondia aos problemas colocados, ou usava a comunicação social para falar da Cidade irreal, onde os problemas dos cidadãos não existiam ou estavam resolvidos, o Relatório, ao contrário, vinha reafirmar aquilo que eram as preocupações dos Deputados Municipais e nomeadamente a sua, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Marvila. Analisando o grau de execução, via-se quanta razão havia quando se alertou a Câmara para a necessidade de intervir em diversas áreas. ---

----- Nas grandes reparações de habitação social, o grau de execução era baixíssimo. Era uma resposta à falta de obras nos bairros sociais, como aqueles que vinha denunciando na Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à requalificação do Bairro dos Lóios, que andava a um ritmo de caracol, estava bem patente no grau de execução. -----

----- Em relação às infra-estruturas viárias e trânsito, passadeiras para peões, colocação de separadores, etc., era também uma resposta a muitos officios que a Junta de Freguesia tinha enviado a solicitar a colocação de passadeiras, nomeadamente na Rua Capitão Salgueiro Maia e noutras da Freguesia. -----

----- Em relação à higiene urbana, cada vez mais era merecedora de reparos por parte da população. Até os próprios serviços diziam não ter produtos anti-herbicidas para queimar a erva nos passeios e a verdade era que a erva estava a tomar conta dos passeios. -----

----- Quanto aos espaços expectantes, a maioria estava transformada em autênticos matagais. Até o talude da Rua Eng.º Cunha Leal, que o Sr. Presidente da Câmara informou que transformara num bonito espaço verde, era passar por lá e ver que até se podia capinar, como se fazia na Guiné. -----

----- Sobre os parques infantis, perguntou onde estava a recuperação prometida. Havia parques com placas a dizer que era proibido usar, o que talvez servisse para descarga de consciência se alguma criança se magoasse. -----

----- Perguntou se os lisboetas hoje viviam melhor ou pior do que há um ano e afirmou que viviam muito pior. A Cidade não tinha melhor equipamentos e infra-estruturas do que há um ano, não estava mais limpa e saudável, os espaços verdes e parques infantis não estavam melhores, os bairros sociais continuavam iguais. -----

----- Até a rubrica de transferências para as freguesias, que costumava ser cumprida a 100%, este ano também não foi, estava com 90% de execução, uma vez que não transferiu para as freguesias as verbas referentes a uma proposta que a Câmara aprovou em Outubro e que era para transferir para as freguesias de Marvila, Carnide e



Alcântara as verbas correspondentes à construção de equipamentos desportivos. Estava-se a aguardar essa promessa da Câmara, que foi quem propôs esse acordo. ----

----- Também não se sabia a razão porque foi suprida do Relatório de Gestão a informação sobre as verbas transferidas para as freguesias. Esperava que não fosse para esconder alguma coisa. -----

----- Após tanta crítica, facilmente se percebia que a Cidade estava pior do que há um ano, a qualidade de vida dos cidadãos era pior que há um ano. A desculpa da Câmara não ter capacidade de endividamento não era suficiente para tão fracos resultados, ou então estava-se a resguardar por motivos eleitorais, para fazer obra só em 2005. Em consciência, parecia-lhe que nenhum Deputado Municipal teria vontade de votar favoravelmente o Relatório de Gestão de 2003. Era isso que em consciência o PCP ia fazer, em nome do interesse dos cidadãos de Marvila e de Lisboa, como era prática do PCP, sempre que estava em jogo os interesses dos cidadãos votava a favor, quando achava que não votava contra, ou abstinha-se. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** solicitou ao Sr. Presidente que permitisse à Senhora Vereadora dos Assuntos Sociais prestar alguns esclarecimentos, descontando no seu tempo de intervenção. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, disse que queria prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Municipal Carlos Marques e a outros que disseram não haver nada na Câmara Municipal no âmbito da toxicodependência. Isso era profundamente injusto para toda a Cidade de Lisboa, para as juntas de freguesia que colaboravam com a Câmara Municipal no âmbito da prevenção da toxicodependência e para as 26 instituições que colaboravam com a Câmara, porque o que o actual Executivo encontrou em termos de toxicodependência foi a inexistência de qualquer plano municipal, havia apenas os contentores na Av. de Ceuta. Em termos dos sem-abrigo, um segmento da população muito frágil, dirigia-se às Portas de Santo Antão uma vez por semana e no resto das noites pernoitavam na rua. -----

----- Passava a especificar aquilo que foi feito desde que o actual Executivo tomou posse: -----

----- Acabou-se com o contentor na Av. de Ceuta, uma vez que não tinha qualquer dignidade para esse segmento da população, e foram abertos dois gabinetes de apoio a essas pessoas, um na zona oriental e outro na zona ocidental da Cidade. Abriu-se outro no Intendente e ainda outro em Monsanto. Havia 4 unidades móveis a circular em várias zonas da Cidade e estava-se neste momento em fase final para abrir um gabinete de apoio na Rua Maria Pia. -----

----- Criou-se um plano municipal de prevenção e inclusão de toxicodependentes e sem-abrigo, protocolado com o Instituto da Droga e da Toxicodependência, do Ministério da Saúde, e com o Ministério da Segurança Social. -----

----- Neste momento estavam 130 técnicos a trabalhar em toda a Cidade de Lisboa, no âmbito da prevenção. -----

----- Havia inúmeros projectos, que começavam na escola e terminavam já no âmbito do secundário. -----

----- Estava a funcionar o CAOJ, no âmbito da redução de danos, relativamente à prevenção da SIDA e por onde passavam semanalmente cerca de 130 jovens. -----

----- Havia cerca de 520 camas para os sem-abrigo e população toxicodependente, tendo-se aumentado em mais 200 camas para qualquer situação de emergência. -----

----- Lançou-se um plano de emergência aquando da última vaga de frio e só nessa área gastou-se cerca de 200 mil contos. -----

----- No âmbito da prevenção secundária e terciária, havia protocolos com várias instituições, envolvendo 45 técnicos. -----

----- Em termos de redução de riscos e minimização de danos, estava já a funcionar, com a CAIS, um centro ocupacional no Vale Formoso de Cima, estando-se a preparar outro centro ocupacional noutra zona da Cidade. -----

----- Quando se vinha dizer que não havia qualquer política para a Cidade de Lisboa, podia dizer que quando chegou não encontrou de facto qualquer política para a Cidade de Lisboa, mas neste momento havia um plano municipal que era elogiado por todas as instituições especialistas nessa área tão delicada para a Cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente a uma questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Municipal Feliciano David, era de facto um objectivo proceder à alienação de fogos municipais, mas houve um problema enorme porque esses fogos não estavam registados, não tinham propriedade horizontal e estavam isentos de emolumentos até ao ano 2000. Podia dizer que já se gastaram mais de 200 mil contos para registar 8 mil fogos, para poderem estar à venda até ao final do ano. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, esclareceu que nunca dissera que a Câmara não fazia nada ou que não trabalhava. A primeira coisa que tinha dito na sua intervenção foi saudar a forma como as Contas eram apresentadas e agradecer à Senhora Vice-Presidente e ao seu gabinete, bem como aos serviços, pela forma como explicaram e que aceitava as Contas como exemplares. No entanto, estava escrito que investimento em programas era zero. -----

----- Tinha dito e o Sr. Presidente da Câmara devia de se lembrar que, quando se discutiu o Orçamento, achava que o problema da segurança era principalmente um problema de prevenção da toxicodependência e isso exigia investimento. -----

----- Fazia-se alguma coisa, melhor fora que os Srs. Vereadores que estavam na Câmara para trabalhar não fizessem nada, mas o que dizia era não estar de acordo com as prioridades políticas. Sabia que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores também não estavam de acordo com as suas, tudo bem, mas que se discutisse essas diferenças de opinião e não se dissesse apenas que estava errado o que dissera, até porque estava escrito e assinado pela Câmara, os Srs. Deputados Municipais podiam ler quando quisessem. Não foi mentira o que dissera, tinha falado de investimento concreto e até tinha numerado a página. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra, esclareceu que tinha tido uma reunião com a Senhora Vice-Presidente em 2002, no Plano de Actividades para 2002, em que previa vender 13 mil fogos. O que dissera agora era que não os vendeu em 2002, nem sequer em 2003, e com isso queria

dizer que tinha sido uma previsão mal feita, um trabalho mal feito, um planeamento errado, porque devia conhecer a situação. Portanto, a Senhora Vereadora não o tinha desmentido em nada e apenas vinha confirmar aquilo que afirmara, não vendeu aquilo que previa vender. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que pedia imensa desculpa, mas havia coisas que não era possível deixar passar. A política tinha que ter regras e não era possível a Senhora Vereadora fazer aquilo que tentou fazer hoje. Sabia que tinha bastante consideração por si, mas não era aceitável que tentasse fazer passar uma esponja pelo passado, como se a Câmara Municipal de Lisboa tivesse começado a trabalhar quando a actual maioria chegou ao Executivo. Houvesse alguma hombridade. -----

----- A Senhora Vereadora permitir-se vir afirmar que quando chegou à Câmara não havia um único plano municipal para a prevenção da toxicod dependência, certamente que estaria muito mal acompanhada e as suas assessorias deviam ser muito más, mas podia ir aos serviços. Apesar de nesse mandato não ter estado em Lisboa, estava no Concelho de Oeiras, sabia certamente que a partir de 1990 Lisboa teve um plano importantíssimo, o “Contigo Vais Longe”, e era uma ofensa à perseverança, esforço e dedicação, não só dos autarcas da junta de freguesia, que se envolveram para que ele fosse um sucesso, mas sobretudo para os cidadãos que se envolveram nesse projecto, que nele participaram e que com isso conseguiram manter-se no bom caminho, não entrando no caminho da perdição. -----

----- Certamente que a Senhora Vereadora se iria retractar e dizer que aquilo que disse não era o que queria dizer. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa** começou por esclarecer que o que haviam encontrado em termos de estruturas, a única coisa eram os contentores do Casal Ventoso. Quem melhor poderia responder eram as 26 instituições que trabalhavam com a Câmara na Cidade de Lisboa, relativamente ao que estava a ser feito no âmbito da prevenção e inclusão de toxicod dependentes. Podiam falar com 26 as instituições protocoladas com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Relativamente à não venda dos fogos, quando o actual Executivo chegou ninguém previa que até os Paços do Concelho não estivessem registados e não previa que fogos que estavam isentos de emolumentos em termos de registo até 2000 não estivessem registados. -----

----- A outra questão colocada nem sequer merecia resposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a Senhora Vereadora se tinha referido a estruturas físicas e a um plano municipal elaborado. Gostava de dizer que nunca negara, e já o dissera em Assembleia Municipal, o trabalho feito anteriormente na área da toxicod dependência, com especial incidência no Casal Ventoso. Isso não invalidava que se fizesse uma avaliação dos resultados, que não eram culpa da Câmara, porque a responsabilidade principal do combate ao fenómeno da toxicod dependência era do poder central, fosse ele qual fosse, e as autarquias participavam. No entanto, a evolução da toxicod dependência, dos casos de SIDA e

tuberculose em Lisboa, era uma evolução preocupante e Lisboa estava entre as capitais europeias com números mais complicados nessa matéria. -----

----- Podia dizer que não se considerava satisfeito ainda, nem pouco mais ou menos, com aquilo que era o estado actual das políticas sobre essa matéria. Tinha ouvido as referências do Sr. Deputado Municipal Carlos Marques às salas de injeção assistida e um dia desses haveria oportunidade de falar sobre essa matéria. -----

----- Quanto ao Relatório e Contas, podiam ser feitas as mais variadas dissertações mas havia uma realidade indesmentível e que era o de ter sido o pior ano, desde há muitos anos, em termos económicos, crescimento negativo. Podia-se dizer que o Governo era do PSD, mas não ia fazer um debate de responsabilidades entre o PS e o PSD. -----

----- Outro dado objectivo era que não houve possibilidade de recorrer a empréstimos. Valor médio antes do actual executivo, de recurso a empréstimos por ano foi de 150 milhões de euros, ou seja, por ano a Autarquia contraía financiamentos num valor médio de metade do valor total existente para Plano de Actividades este ano. -----

----- Quanto a fundos comunitários, certamente o Sr. Deputado Municipal Feliciano David já se tinha dado conta da evolução de Lisboa em relação ao objectivo 1 e, portanto, devia saber que desde há uns anos havia uma diferença, uma vez que Lisboa atingiu mais de 75% do rendimento per capita da Comunidade e deixou de ter acesso à generalidade dos fundos, nomeadamente no respeitante à coesão económica e social. Era como o estudo de impacte ambiental, não se podia fazer, mas tinha que se fazer. -

----- Também na venda de fogos, o Sr. Deputado Municipal Feliciano David dizia que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa e a Sra. Vereadora das Finanças não previram bem que não podiam ser vendidos os fogos. Tinha razão, pensava-se que podia vender, nunca se pensou que o embrulho fosse tão grande e para saber o tamanho do sarilho teria sido melhor falar com a oposição. De facto, não se podia avaliar a dimensão dos estragos. A Câmara vendeu no ano passado cerca de 2 mil fogos de habitação social, mas os 13 mil que estavam previstos não se conseguiu e era bom repetir que não estavam registados os Paços do Concelho, a Feira Popular, as casas da Câmara, etc.. Era verdade que quem fazia o Orçamento tinha que saber prever, mas não se previu que a dimensão do problema fosse tão grande. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Feliciano David tinha ainda falado nos atrasos do PER e na baixa taxa de execução. Isso era um facto, mas gostava de recordar que houve casas construídas no Lumiar em terrenos que não eram da Câmara, sem projecto e sem licença, o que teve que se regularizar. Já a actual Câmara e o Governo tiveram que fazer uma alteração ao PDM para legalizar e poder dar licença de habitação às pessoas que iam para lá, para poderem ligar a água e luz, porque a Câmara tinha construído em terrenos que não eram seus e sem licença para o efeito. -----

----- Os atrasos no PER deviam-se a que alguns novos PER estavam previstos para terrenos que ainda eram de particulares e tiveram que ser expropriados. Algumas casas foram construídas em cima de terrenos particulares. Sabia que estavam atrasados, mas há dois anos que estavam na Câmara e quem esteve 12 não resolveu o que tinha sido resolvido em dois. Era uma ligeira diferença. -----

----- O Sr. Deputado Municipal dos Verdes perguntou o que tinha vindo à Assembleia de estruturante que não fosse aprovado. Dava o exemplo em relação a uma das principais promessas de campanha. Todas as pessoas sabiam que o Parque Mayer foi mudado em relação ao programa inicial pela necessidade de um Plano de Ordenamento do Território, cuja aprovação dependia de uma maioria na Assembleia Municipal e que à partida disse que não viabilizaria essa proposta. Podia dar muitos mais exemplos, como a concessão da EMEL, em que foi dito logo à partida que não, ou o túnel do Marquês, em que foi dito que só não foi chumbado porque não veio à Assembleia. Isso sabia o Executivo, porque todas as que viessem e fossem estruturantes eram chumbadas. Não estava a dizer o PS, que daí já tinha ouvido várias versões. -----

----- As pessoas já perceberam que o terem criado condições para ajudar a que houvesse problemas com o túnel do Marquês não ia reverter a seu favor e por isso o PCP de Lisboa já vinha dizer que túnel sim mas não tanto. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que havia muita falta de coerência com a questão do impacte ambiental. -----

----- A municipalização da Carris também constava do programa, mas foi logo dito que nem pensar. Podia ir por aí fora e já nem falava dos casinos e outras coisas, mas lembrava também a saída dos ministérios do Terreiro do Paço. Eram várias e já nem vinham à Assembleia propostas sobre essas matérias, de tal forma se conhecia o resultado. -----

----- O Sr. Deputado Municipal João Pinheiro falava em *out sourcing*, que era um termos distinto, mas não era *out sourcing*, era *in sourcing*, porque o que alterou foi a afectação na rubrica. Eram 9 milhões de euros do Gabinete do casal Ventoso, fornecimentos e serviços externos, da SIMTEJO eram 17 milhões de euros. Eram responsabilidades que havia para pagar por dívidas contraídas antes e que o novo POCAL mandou pôr em fornecimentos e serviços externos. Calculava que alguém tinha dito ao Sr. Deputado que isso era *out sourcing*, mas não era, foi enganado, era uma nova arrumação contabilística obrigada pela Lei. Podia dar mais alguns exemplos, como a informatização, 2.5 milhões, ou facturas de telefone anteriores, 1.9 milhões. Da próxima vez que dissessem isso ao Sr. Deputado devia pedir para traduzirem e via logo que não era o que disse. -----

----- Quanto a Santa Catarina e Alfama, o Sr. Deputado Feliciano David disse que tinha acabado obras que vinham do antigamente. Havia mais algumas, o Casal Vistoso e outras que tinham dinheiro a mais em trabalhos a mais, com fuga de empreiteiros sem as obras concluídas e que o actual Executivo teve que reparar. O Casal Vistoso estava há dez anos para acabar, com um milhão e tal de contos lá metido, o Tribunal de Contas não dava o visto, meteu-se nova proposta, foi chumbado e tinha que se fazer tudo de novo nas Olaias. Na lápide foi colocado “Começada na Presidência da Câmara do Dr. João Soares”. Oxalá os outros tratassem da mesma forma como tratavam os outros. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um protesto, disse que estava longe de ter que intervir hoje para fazer um protesto, mas o

Sr. Presidente da Câmara estava a revelar ultimamente uma característica que não parecia beneficiá-lo e que era a de sempre que alguma coisa não lhe corria bem, era normal que umas vezes as coisas corressem bem e outras não, mas sempre que alguma coisa não corria bem o Sr. Presidente sacudia a água do capote e dizia que o culpado era outro. Foi assim na altura do túnel do Marquês, em que o culpado foi o Secretário de Estado do Ambiente, e agora estava sempre a falar no passado, no Vereador Vasco Franco, no Dr. João Soares, na herança que encontrou, etc.. -----

----- Tinha dito o Prof. Cavaco Silva, e esperava que o Sr. Presidente não ficasse constipado por se citar o Prof. Cavaco Silva, que nenhum governo se podia desculpar com o governo anterior depois de estar há mais de seis meses em funções. O Sr. Presidente estava há dois anos e tal e cada vez que falava no passado estava a arranjar uma desculpa esfarrapada, porque os que estavam antes foram julgados e perderam as eleições para a Câmara Municipal. -----

----- Com certeza que o Sr. Presidente tinha feito coisas positivas, ninguém lhe negava isso, mas também estava a fazer coisas que eram um fracasso. Quando se referia ao túnel das Amoreiras como o tinha feito agora, com alguma ironia sobre a recente decisão do tribunal, devia perceber que contra factos não há argumentos. Quis fazer uma obra da forma que fez, não obstante todos os avisos que lhe foram feitos face ao estudo de impacte ambiental, e quando houve uma sentença do tribunal disse que não tinha feito porque o Ministro do Ambiente tinha aconselhado a não fazer. Foi uma espécie de coelho da cartola que tirou de repente para arranjar um culpado. -----

----- O PS até já tinha questionado na Assembleia da República quando tinha sido dado esse parecer, porque se foi dado antes do início da obra estava muito bem, se foi dado depois era mais um artifício para convencer o povo e enganar as pessoas. -----

----- Disse que a referência à habitação social tinha sido muito deselegante, porque os fogos estavam feitos e o que se devia fazer era realojar as pessoas que estavam à espera. Muitas vezes a burocracia não era compatível com o avanço e a execução das obras, mas os fogos estavam feitos e, se havia alguma ilegalidade, fizessem o favor de as denunciar nos locais próprios. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para um protesto, disse que era inadmissível que a Câmara Municipal de Lisboa no período final, quando ia responder às questões levantadas pelos Deputados Municipais, fizesse determinadas afirmações. Dizia a Senhora Vereadora da Acção Social que nada havia de projectos na área da prevenção e isso era inadmissível, porque havia o “Contigo Vais Longe” a que apenas foi mudado o nome e passou para “Intervir”. Havia os edificios de apoio aos sem-abrigo que continuavam a existir, quer o da Gualdim Pais, quer o da Rua da Manutenção, em que a Senhora Vereadora apenas continuou a apoiar aquilo que existia, não criando qualquer outro apoio relativamente a esse aspecto. -----

----- Quanto à questão do túnel, já no ano 2002 o PCP tinha apresentado na Assembleia Municipal uma recomendação com o seguinte teor: -----

----- “Em relação ao projecto apresentado, a Assembleia Municipal de Lisboa recomenda a sua revisão em relação aos seguintes aspectos: estudo de impacte

ambiental, estudo de segurança, estudo geotécnico, compatibilidade das características do traçado do túnel com o estudo do tráfego já realizado... -----

----- Ponderação do faseamento proposto, encarando uma solução que contemple a prioridade do prolongamento do túnel das Amoreiras até à Rua Rodrigo da Fonseca, medida que se afigura necessária, ajustada á resolução do tráfego desta zona.” -----

----- Não era de hoje, essa recomendação foi apresentada em 2002. -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Relatório de Gestão 2003, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra do PCP, PS, PEV e BE e votos favoráveis de PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Seguidamente submeteu à votação as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa do ano 2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS/PP e PPM, votos contra do PCP, PEV e BE e abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, requereu, verbalmente, a contagem da primeira e segunda votações, Deputado a Deputado, no sentido da contagem não em termos colectivos, mas no sentido da expressão dos Deputados Municipais que neste momento estavam presentes na Sala. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, disse que não percebia a posição do PSD em relação às votações acabadas de fazer, e perguntou porque razão não apresentaram o requerimento antes das votações. -----

----- **O Senhor Presidente**, respondendo a apartes, disse que o braço foi levantado quando já estavam na segunda votação, acrescentando que ouvissem agora o Deputado Municipal Joaquim Cunha que de seguida a Mesa resolvia o problema. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, prosseguindo no uso da palavra, insistiu perguntando qual a razão porque não foi apresentado o requerimento antes da votação, já que era nessa altura que se podia solicitar um tipo de votação diferente daquela que era habitual. -----

----- Mas, de qualquer forma, pretendia dizer que a regra que tem sido seguida era a de votação por Grupos Municipais, e era nesse sentido que estava a interrogar. -----

----- **O Senhor Presidente** pediu ao PSD que ponderasse em relação ao requerimento, porque, de facto, a regra seguida tem sido sempre a que se seguiu na votação destas propostas. E das duas uma: ou realmente encontravam formas de funcionamento que fossem respeitadoras daquilo que estava legitimado e era prática da Assembleia, ou a cada passo estariam a atropelar o que era a realidade concreta dos trabalhos da Assembleia. -----

----- Disse, ainda, que esta questão era nova, colocava um problema muito grave na Assembleia, e seria bom que se ponderasse em relação a essas situações com tempo, e proceder adequadamente antes das situações. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, disse que queria seguir o exemplo do Sr. Presidente no apelo que fez ao PSD, o apelo à serenidade, o apelo à estabilidade ... -----

----- A partes vários, o Deputado Municipal Dias Baptista disse: “O Sr. Deputado está a acusar-me de desonesto? Essa agora, também só faltava isso! Ó Sr. Deputado tenha tento! Desculpe lá, mas que conversa é esta? Haja tento! Aquilo que eu estou a fazer é exactamente um apelo à serenidade, V. Exa. quer que nós abandonemos a Sala! Fica mais satisfeito? É isso que quer? Ah, é ótimo!” -----

----- Depois, prosseguindo, disse que achava que havia ali alguns princípios que importava ponderar, e quando fazia um apelo à serenidade – que ia repetir – pretendia recordar à liderança do PSD, designadamente ao Deputado Municipal Pedro Portugal... -----

----- A um novo aparte respondeu: “peço desculpa Sr. Deputado, V. Exa. já está cá há algum tempo, sabe perfeitamente, como eu sei, que desde o princípio deste mandato, assim como em mandatos sucessivos, que aquilo que está consensualizado é que as votações são por bancada, e sempre que assim não for, previamente tem que se pedir que assim não seja.” -----

----- Por isso o apelo que fazia era que houvesse estabilidade regimental nos procedimentos. É que era feio procurar dar golpadas ... -----

----- A novo aparte disse: “Golpadas é o termo, Sr. Presidente! E o Deputado Pedro Portugal não devia enveredar por esse caminho, até porque viram o que resultou das tentativas numa reunião realizada há muito pouco tempo”. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** referiu que se dirigia em particular ao Sr. Presidente da Câmara, enquanto primeiro responsável político, para lhe dizer que ele esteve durante muitos anos, e até partilharam isso durante alguns meses, no Plenário da Assembleia da República, e sabia muito bem que na Assembleia da República se votava por Grupo Parlamentar. -----

----- No entanto, os partidos podiam requerer que determinada votação fosse por votação nominal. Mas, normalmente, avisavam previamente, e até avisavam com 24 horas de antecedência precisamente para os Grupos Parlamentares estarem atentos e não dispensarem um ou outro Deputado que, no momento oportuno, porque tivesse algum compromisso pessoal, não pudessem estar no momento da votação. -----

----- É que se instituíam esta regra a partir de agora, ela hoje poderia beneficiar o PSD, mas amanhã poderia não beneficiar em qualquer circunstância e estavam a dar um mau exemplo em termos de serenidade e representatividade democrática. -----

----- Portanto, a votação nominal faria todo o sentido se o PSD a tivesse requerido no início para que todos os Grupos Municipais ficassem avisados, porque como o fez a imagem que passava era que houve ali uma coisa preparada e, portanto, não fazia sentido. -----



----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)** disse que não se tratava de uma votação nominal porque numa votação nominal seria chamar os Deputados Municipais um a um, e o que dizia o artigo 57º, alínea a), do Regimento, era que levantados e sentados constituía a forma usual de votar. E o que se pediu, de facto, foi a contagem exacta de quem votou num sentido ou noutro, mas por levantados e sentados. Mas isso não configurava a votação nominal. -----

----- Esse, disse, era o sentido do requerimento feito à Mesa, que a Mesa, obviamente, aceitaria ou não. -----

----- Quanto à tolerância e quanto à estabilidade dos trabalhos da Assembleia, disse que era um assunto que pensava nunca levantar, mas já agora ia levantá-lo. Era importante que os Deputados Municipais consultassem as actas que precederam a eleição do Sr. Presidente da Assembleia, para verificarem uma ou duas iniquações formais que o PSD nunca levantou para estabilidade do andamento dos trabalhos. Mas já que suscitavam que o PSD estava de má-fé neste processo, então que se consultassem essas actas, que se vissem os tempos de duração das votações porque aí veriam o arrepio das regras regimentais que precederam a eleição do Sr. Presidente.

----- Pediu desculpa ao Sr. Presidente por pôr hoje esta questão nestes termos, mas porque foi colocada ali uma questão de honestidade em relação ao PSD, teve que o fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** disse que estarem a perder tempo em questões formais, apesar da sua importância, com tanta coisa que tinham para tratar, era de mais. -----

----- Disse, depois, referindo-se ao Deputado Municipal Pedro Portugal, que a regra democrática de qualquer jogo, que estava na base do Regimento que elaboraram em conjunto, era que as regras eram sempre definidas antes de dar as cartas, e não depois.

----- Admitindo-se que havia uma dúvida do Deputado Municipal Pedro Portugal, ou do seu Grupo Municipal sobre a quantidade, aquilo que estava a pedir era que se contassem os votos, e a contagem dos votos, quanto a si, era um direito democrático que lhe assistia. Mas a contagem de votos só podia ser encarada como votação nominal ... -----

----- Respondendo a vários apartes, disse que nunca houve outra interpretação na Assembleia quanto a essa matéria, porque quando no Regimento se dizia que era por levantados e sentados isso queria dizer que a contagem era feita por Grupos Municipais. Sempre havia sido entendido assim, com certeza o Deputado Municipal dar-lhe-ia razão sobre isso. -----

----- Portanto, para evitarem qualquer problema, tal como referia o Regimento deviam passar à votação do requerimento para a Assembleia decidir expressamente se queria ou não queria, e ficava o assunto resolvido para se passar aos restantes pontos da Ordem de Trabalhos com rapidez. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que o Deputado Municipal Miguel Coelho estava a pôr em dúvida que ele pudesse intervir neste ponto, mas parecia-lhe que sim até porque tinha sido demandado pelo mesmo Deputado Municipal em relação à experiência parlamentar. -----

----- Depois de referir que todos reconheciam a legitimidade do Sr. Presidente para dirigir e representar a Assembleia Municipal, disse que estava a ser votada uma proposta da Câmara – e daí a autoridade para intervir – relativa às Contas que a Câmara apresentou à Assembleia, e por isso a atenção especial que procuraram ter à votação. -----

----- Sobre a matéria em debate, disse que uma coisa era requerer a contagem nominal, outra coisa era requerer quantos Deputados Municipais votaram. Eram coisas diferentes! Uma coisa era dizer, antes da votação, que se queria a contagem Deputado a Deputado, outra coisa era perguntar quantos Deputados estavam presentes na Sala. O Deputado Municipal Miguel Coelho referira a tradição na Assembleia da República, uma vez também ele próprio a referira ali e foi-lhe respondido que estavam na Assembleia Municipal de Lisboa, o que aceitou. Mas aquele problema que houve na Assembleia da República, há já algum tempo, foi quando exactamente se pôs a questão por grupos ou não, que deu um problema grande e ficou então assente que não podia ser só a primeira fila, tinha que haver de facto a representação. -----

----- Disse que nem sabia, neste momento, quem tinha mais um ou menos um, mas da sua parte, dando total apoio porque a responsabilidade da chamada de atenção ao líder parlamentar do PSD foi sua, desejava dizer que uma vez que a Assembleia não considerava essa questão esclarecida, sendo a proposta da Câmara fazia um apelo para se continuar essa tradição, ser respeitada, e a Assembleia decidir para futuro como se devia fazer em situações destas. É que às vezes acontecia o que agora aconteceu, e tinham que compreender que ele olhando para a Sala pudesse pensar que as Contas foram aprovadas. -----

----- Mas se era essa a tradição da Assembleia, a Câmara vergava-se perante ela, e fazia o apelo ao líder parlamentar do seu partido para retirar o requerimento, facilitando, assim, também, a vida ao Sr. Presidente e aos trabalhos da Assembleia.

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que as Contas foram aprovadas devido à abstenção do PS, o Relatório é que foi rejeitado. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)** começou por dizer que se podia referir que a sua intervenção ficou sem objecto, mas havia duas questões que não queria deixar passar sem fazer uma referência. -----

----- Em primeiro lugar, a acusação de que tinha havido ali uma golpada. O Sr. Presidente ouviu, como todos ouviram, e achava que era claramente excessivo. Ainda há pouco tiveram alguma instabilidade na Assembleia, portanto a acusação de golpada parecia-lhe excessiva, para além de não ser verdadeira nem ser legítima.

----- Em segundo lugar, relativamente a tradições, disse que não esteve na Assembleia Municipal no mandato anterior mas esteve no que antecederia esse, e ele próprio por diversas vezes suscitara o resultado da votação com o número de votos a favor e contra. Portanto esta não seria a primeira vez! -----

----- Por isso, quanto a tradição, o que agora se pretendia já tinha sucedido no passado. Se se queria alterar a prática era óbvio que estavam sempre a tempo de o fazer, mas não era verdade que o que agora se pretendia fosse inédito porque no passado isso fez-se com a aceitação da Mesa. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** disse que havia coisas que não podiam passar, e a primeira era para dizer ao Deputado Municipal António Prôa, que se dirigira a si porque foi o autor da acusação da golpada, que aquilo que houve foi, manifestamente, uma tentativa de golpe. Não lhe chamava golpada, o Deputado Municipal António Prôa não gostou, mas uma tentativa de golpe porque, como todos sabiam, na Assembleia Municipal as votações eram por bancada. Aliás, não era por tradição, era o Regimento que o dizia! No artigo 57º, n.º 2, referia-se que as votações eram por bancada, portanto não valia a pena estarem a invocar a tradição, estava no Regimento! -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)** referiu que tinha sido feito um pedido para retirarem o requerimento, mas queria acrescentar uma coisa. Ainda se recordava que na presidência do Dr. João Amaral, no mandato anterior, fizeram ali uma votação fila por fila e quando se ia na segunda fila o Dr. João Amaral reconsiderou considerando que não era necessário. Foi a Mesa que decidiu fazer essa votação, portanto não era uma coisa tão inédita quanto isso.-----

----- Mas, anuindo à sugestão do Sr. Presidente da Câmara e para a boa condução dos trabalhos, o PSD retirava o requerimento que apresentou. -----

----- **O Senhor Presidente**, a rematar esta questão, disse que a situação até seria interessante porque havia uma paridade em termos de presenças. Enfim, ele até tinha voto de qualidade mas não queria usá-lo. -----

----- Depois, a propósito de acontecimentos recentes, disse que queria lembrar, trazendo uma nota positiva à Assembleia, que hoje mesmo assinaram, os representantes de todos os Grupos Municipais, a Mesa e ele próprio, por unanimidade, um documento onde contestavam as reportagens que a RTP produzira a partir desses acontecimentos, ocorridos no dia 6 de Abril, na Assembleia Municipal, o que queria dizer que era possível encontrar consensos e trabalhar em conjunto. -----

----- Marcaram já uma sessão de trabalho sobre questões do Regimento e, nessa altura, esta e outras matérias seriam analisadas. Aquilo que tem sido o seu princípio é que questão levantada teria que ser analisada. Lembavam-se, com certeza, que logo no início tiveram a celeberrima defesa da honra do Sr. Vereador Pedro Pinto que levou a que de imediato tivesse promovido uma reunião e se tivesse resolvido sobre essa matéria. Era na Conferência de Representantes, com a Mesa, que essas questões teriam que ser resolvidas, e era isso que iriam fazer em relação à questão que hoje surgiu e outras. -----

----- Era esse o apelo que fazia, porque realmente têm conseguido criar situações de consenso com trabalho de conjunto. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 113/2004 – APROVAR A ALTERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE ATRIBUÍDO À ASSOCIAÇÃO AUTO-PARQUES LINS DO REGO, CONSTITUÍDO AO ABRIGO DA DELIBERAÇÃO 82/2000, POR FORMA A PERMITIR A CONSTRUÇÃO DE MAIS UM PISO DE INICIATIVA MUNICIPAL, CUJOS CUSTOS SERÃO SUPOSTADOS PELA CONTRAPARTIDA DE UMA PERMUTA E A ALIENAÇÃO DO LOTE MUNICIPAL Nº 2001/048 SITO NA QUINTA DAS LARANJEIRAS À**

**DOLBAC – CONSTRUÇÕES, LDA., NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 113/2004 -----

----- “Considerando que: -----

----- - A enorme carência de espaços para estacionamento nas zonas limítrofes da Rua Lins do Rego motivou que um conjunto de residentes criasse a Associação Auto-Parque Lins do Rego (adiante também designada somente por Associação), à qual foi cedida o direito de superfície, em subsolo, de uma parcela de terreno municipal com a área de 2.493,04m<sup>2</sup>, pelo valor simbólico de € 4,99/ano (1000\$00/ano), com vista à construção de parque de estacionamento em subsolo, pela Deliberação n.º 82/2000, aprovada em 15 de Março e 2 de Maio, respectivamente, pela Câmara e Assembleia Municipal; -----

----- - Nos termos dessa proposta definiu-se que o parque de estacionamento se desenvolveria em um piso, obedecendo aos termos e condições da Deliberação n.º 500/CM/94, publicada no Diário Municipal de 10 de Janeiro de 1995; -----

----- - O gabinete do então Vice-Presidente, Professor Doutor Carmona Rodrigues, propôs àquela Associação a construção de mais um piso nesse parque, este afecto ao Município, assumindo a CML os custos com a parte dessa obra, cuja quantificação ora consta do documento I anexo a esta proposta; -----

----- - A Associação Auto-Parque Lins do Rego aquiesceu na modificação do conteúdo do direito de superfície, que passaria a incidir sobre o piso menos dois (-2), com uma capacidade total, estimada, de 87 lugares, em condições similares ao direito de superfície anteriormente atribuído, mas com as adaptações resultantes da alteração constante da presente proposta; -----

----- - A Associação, quando lhe foi apresentada a proposta de ampliação do parque, nos termos já descritos, já houvera firmado contrato de empreitada com a empresa DOLBAC – Construções, L.da, que anteriormente usara a designação social Almeida e Duque, Sociedade de Construções, Lda ; -----

----- Considerando, ainda, que: -----

----- - Em 19 de Dezembro de 2001 foi apresentada a esta Câmara, em reunião do seu colégio, a Proposta n.º 659/2001, pela qual se propunha a venda à Almeida e Duque, Sociedade de Construções, L.da, do lote municipal n.º 2001/048, sito na Quinta das Laranjeiras, freguesia de Santa Maria dos Olivais, com a área de 1219 m<sup>2</sup>, representado na cópia da planta n.º 01/154/04 do Departamento de Gestão Imobiliária da D.M.F.P.C.G., destinado à implantação de um edifício de habitação nos seis pisos superiores, sendo os dois pisos inferiores destinados à implementação de um Centro Juvenil para a Cidadania, pelo valor de 372.900.000\$00 (trezentos e setenta e dois milhões e novecentos mil escudos) equivalente a 1.860.017,36 € (um milhão oitocentos e sessenta mil e dezassete euros e trinta e seis cêntimos), a qual não veio a ser discutida nem votada nessa sessão; -----

----- - Contudo, atentas as condições em que esta venda era proposta e os objectivos sociais que a mesma visava – numa construção de oito pisos os primeiros dois seriam cedidos, a título gratuito, ao Centro Social e Paroquial Santa Maria dos Olivais para este aí instalar um Centro Juvenil para a Cidadania – deverá a mesma ser de novo apresentada aos órgãos competentes do Município; -----

----- - É possível a permuta entre os serviços de uma empreitada e a alienação da propriedade do lote municipal atrás identificado, ademais por, para acerto de diferença de valores, havendo lugar a uma compensação monetária a prestar pelo empreiteiro a este Município, esta não constituir a prestação principal ou o elemento proeminente do contrato; -----

----- - Acresce que, na empreitada para construção do Parque de Estacionamento Lins do Rego, agora com dois pisos, - um em propriedade plena municipal, outro onerado pelo direito de superfície concedido à Associação – as circunstâncias específicas obrigam que a empreitada seja adjudicada à empresa DOLBAC, por não serem estes tipos de trabalho separáveis; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1 - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alterar o direito de superfície atribuído à Associação Auto-Parque Lins do Rego pela Proposta n.º 82/2000, com o consentimento desta, permitindo a construção de mais um piso subterrâneo de propriedade plena municipal, passando o direito de superfície da Associação a incidir sobre o piso menos dois (-2), com uma capacidade total, estimada, de 87 lugares, em condições similares ao direito de superfície anteriormente atribuído, repartindo-se os custos da empreitada, nos termos previstos no documento que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta; -----

----- 2 - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a alienação do lote municipal n.º 2001/048, sito na Quinta das Laranjeiras, freguesia de Santa Maria dos Olivais, com a área de 1219 m<sup>2</sup>, a DOLBAC – Construções, L.da, destinado à implantação de um edifício de habitação nos seis pisos superiores, sendo os dois pisos inferiores destinados à instalação de um Centro Juvenil para a Cidadania, pelo valor de 1.860.017,36 € (um milhão oitocentos e sessenta mil e dezassete euros e trinta e seis cêntimos), na condição de a adquirente ceder, logo que edificado, os dois primeiros pisos, a título gratuito, ao Centro Social e Paroquial Santa Maria dos Olivais, por permuta com os serviços da empreitada de construção do Parque de Estacionamento Lins do Rego na parte em que esses custos devam ser suportados pela CML, sendo o remanescente devido ao Município, para igualização dos valores das coisas permutadas, pagas pela DOLBAC em dinheiro à CML.” -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 114/2004 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DA CÂMARA DA PARCELA DE TERRENO, SITA NA AV. DA IGREJA, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE**

**UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM SUBSOLO COM O ÓNUS DE USOS PÚBLICOS À SUPERFÍCIE E CONSTITUIR A FAVOR DA BRAGA PARQUES – ESTACIONAMENTOS DE BRAGA, S.A. A CONSTRUÇÃO DO REFERIDO, EM SUBSTITUIÇÃO DO PREVISTO PARA A ALA SUL DO MERCADO DE ALVALADE NORTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N° 2 E ALÍNEA B) DO N° 4 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA N° 114/2004 -----

----- “Considerando que na sequência do Concurso Público Internacional n° 75/CP/98 - ao qual concorreram apenas as empresas Somague PMG – Promoção e Montagem de Negócios, S.A. e Bragaparques - Estacionamentos de Braga, S.A. -, a Câmara Municipal de Lisboa, adjudicou, através da Deliberação sobre a Proposta n° 525/2000, a constituição do direito de superfície em subsolo para a construção e exploração de três parques públicos de estacionamento, ao referido concorrente Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A.; -----

----- Considerando que, para a concretização do referido direito, a Câmara deliberou, mediante aprovação da Proposta n° 574/2001, submeter à Assembleia Municipal a desafecção do domínio público municipal para domínio privado do Município e a constituição em direito de superfície, em subsolo, a favor da Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. de três parcelas de terreno sitas na Av. Frei Miguel Contreiras/Rua Bulhão Pato, Av. D. Carlos I/Rua da Esperança e Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, para construção e exploração destes parques públicos de estacionamento subterrâneo; -----

----- Considerando que a referida Proposta n° 574/2001 não chegou, porém, a ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal; -----

----- Considerando que por deliberação tomada sob a Proposta n° 651/2002, a Câmara autorizou a cessão da posição de adjudicatária no âmbito do referido Concurso Público Internacional n° 75/CP/98, da Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. para a Bragaparques - Estacionamentos de Braga, S.A., assumindo esta última todos os direitos e obrigações da primeira no âmbito do referido concurso público; -----

----- Considerando que a zona do Bairro de Alvalade apresenta significativas carências de oferta de estacionamento, com as conseqüentes e reconhecidas dificuldades de mobilidade e de falta de qualidade do espaço público para todos os que a habitam e frequentam; -----

----- Considerando que, tendo em vista a resolução deste problema, e no sentido de proceder ao ordenamento do estacionamento, mantêm-se, desde a década de 90, a intenção da CML de promover a construção de parques de estacionamento para residentes no Bairro de Alvalade, estando previstos dois no lado Nascente deste bairro, nomeadamente na Rua José Duro e no Largo Frei Heitor Pinto; -----

----- Considerando que, por via do concurso público internacional promovido pela CML e acima mencionado, também para a mesma zona, está prevista a construção de

um parque de estacionamento na Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, com cerca de 200 lugares, em dois pisos; -----

----- Considerando que, no mesmo local, desde Outubro de 2001, a CML está a explorar directamente um parque de superfície que dá apoio ao Mercado; -----

----- Considerando as dificuldades que se têm verificado na concretização dos parques previstos para esta zona, em particular no que se refere ao parque previsto para o Largo Frei Heitor Pinto, que pela sua dimensão e localização estava desajustado das necessidades do local, com os inerentes impactos na mobilização dos residentes; -----

----- Considerando a extrema concentração de oferta de lugares em parque subterrâneo prevista para uma zona restrita do Bairro de Alvalade, com as consequentes dificuldades de compatibilização de acessibilidades e de circulação; -----

----- Considerando o estacionamento caótico que se verifica em toda a extensão da Av. da Igreja, entre a Praça de Alvalade e o Largo Frei Heitor Pinto, para o que os parques em causa são apenas uma solução parcial, concentrada num extremo; -----

----- Considerando as vantagens de privilegiar soluções de estacionamento que se desenvolvam em espaços que não agravem as condições de permeabilidade dos solos, procurando locais já impermeabilizados; -----

----- Considerando o comprometimento, de índole urbanística, que um parque subterrâneo no espaço do Mercado de Alvalade provoca, condicionando uma fracção importante de um terreno municipal; -----

----- Considerando a ocupação actual do parque de estacionamento em funcionamento no recinto do Mercado; -----

----- Considerando que é importante e urgente encontrar uma solução para o problema de estacionamento na zona do Bairro de Alvalade, que seja sustentada técnica e economicamente, com tangíveis benefícios para os residentes e para a cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que a alteração do local de implantação do parque de estacionamento previsto para o Mercado de Alvalade, para o subsolo da Av. da Igreja, nos termos conceptuais do Estudo Prévio que se anexa, com uma capacidade para cerca de 520 lugares, se revela adequada; -----

----- Considerando que esta solução tem inúmeras vantagens sobre as propostas do anterior programa, sendo de destacar: -----

----- a) Tem uma cobertura muito mais significativa e urbanisticamente equilibrada, conforme mapas com áreas de influência apresentados em anexo; -----

----- b) Garante uma oferta alargada para residentes, ultrapassando as dificuldades de concretização do processo referente ao Largo Frei Heitor Pinto; -----

----- c) Não afecta o jardim e zonas verdes do Largo Frei Heitor Pinto, não contribuindo para o aumento da prejudicial impermeabilização dos solos urbanos; -----

----- d) Não compromete a solução actual de estacionamento de apoio ao Mercado de Alvalade Norte, que, sendo de superfície, tem características mais ajustadas às necessidades específicas dos comerciantes e dos utentes do Mercado; -----

----- e) Não compromete o projecto do Parque José Duro, que poderá seguir o curso delineado nos acordos entre a CML e a respectiva Associação de Residentes; -----

----- f) Permite reordenar e requalificar o importante eixo residencial e comercial que é a Avenida da Igreja; -----

----- g) Permite uma maior acção de ordenamento de estacionamento na zona da Praça de Alvalade, com o correspondente alargamento da oferta legal; -----

----- h) Oferece um espaço de estacionamento numa solução uniaxial sob a avenida, inovadora nos parques de estacionamento existentes na cidade de Lisboa, mas frequente nas principais cidades europeias; -----

----- Considerando ainda que a construção deste parque, restrita à zona de via, afectará minimamente os passeios e poderá ser faseada por quarteirões, de forma a permitir a manutenção dos imprescindíveis movimentos do trânsito rodoviário. -----

----- Considerando que os serviços municipais e a Junta de Freguesia de S. João de Brito se mostram favoráveis à construção, em alternativa ao parque da Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, de um parque de estacionamento na Av. da Igreja, uma vez que, estando situado a cerca de 75 metros e não tendo os constrangimentos do anterior, o mesmo permite suprir melhor a carência de estacionamento da zona, em virtude da sua maior capacidade, com a criação de cerca de 520 lugares, em dois pisos em subsolo, em vez dos 220 lugares previstos para aquele; -----

----- Considerando que é também do interesse da empresa Bragaparques – Estacionamentos de Braga, S.A., titular nos termos acima descritos dos direitos e obrigações decorrentes do Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98, a substituição da localização do parque acima referida, coincidindo, assim, o interesse da ora titular da posição do adjudicatário, com o interesse municipal; -----

----- Assim sendo, -----

----- Considerando que é do interesse do Município a construção, em alternativa ao parque de estacionamento da Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, de um parque de estacionamento na Av. da Igreja, situado a cerca de 75 metros do primeiro; -----

----- Considerando que a Bragaparques - Estacionamentos de Braga, S.A. detém uma expectativa juridicamente tutelada resultante de lhe terem sido cedidos os direitos respectivos pela Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A; -----

----- Considerando que ao concurso referido apenas concorreram as duas citadas empresas, não existindo, assim, a favor de outrem qualquer direito ou expectativa, tutelada juridicamente, quer relativamente à construção e exploração do parque de estacionamento da Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, quer relativamente à do parque de estacionamento da Av. da Igreja; -----

----- Considerando que a Lei dos Solos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, prevê na alínea a) do n.º 1 do respectivo artigo 29º que a Administração ceda, mediante acordo directo com os promotores interessados, o direito de superfície destinado a instalações de interesse público - meio a que, por exemplo, o Município recorreu, aquando da constituição do direito de superfície para a construção do parque de estacionamento da Praça do Município; -----

----- Considerando, assim, que a alteração ora proposta, por um lado cumpre, e excede mesmo, a exigência da lei e, por outro lado, corresponde à realização das expectativas,



protegidas pelo direito, resultantes da adjudicação de um concurso público internacional; -----

----- Atendendo, também, ao teor do n.º 1 do artigo 57.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 208/96, de 8 de Novembro, nos termos do qual “ficam isentos de contribuição autárquica, por um período de 25 anos, os prédios urbanos afectos exclusivamente a parques de estacionamento subterrâneos públicos declarados de utilidade municipal, por deliberação da respectiva Câmara (...)” e verificando-se que esta medida contribui para minorar o esforço financeiro inicial expendido nestes projectos, vocacionados para servir o interesse público municipal, --

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- I.- Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º do mesmo diploma legal, autorizar a desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Lisboa, de uma parcela de terreno sita na Av. da Igreja, com a área de 7.782 m<sup>2</sup> e assinalada a orla cor azul na cópia da Planta n.º 04/035/02 do mesmo Departamento em anexo, destinada à construção de um Parque de Estacionamento em subsolo, com o ónus de uso público à superfície, em substituição daquela que havia sido adjudicada pela acima referida deliberação que aprovou a Proposta n.º 525/2000;

----- II.- Ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal, autorizar a constituição a favor da Braga Parques - Estacionamentos de Braga, S.A. do direito de superfície em subsolo destinado à construção de um parque de estacionamento em subsolo na parcela referida supra em I., nos seguintes termos: -----

----- - Para efeito de escritura e tendo por referência o valor unitário e o critério usado na proposta aprovada, atribui-se à nova parcela o valor de € 997.338,32 . -----

----- - Para efeito de cedência em direito de superfície, mantém-se o mesmo valor unitário por lugar de estacionamento, ou seja, € 49,88/ano/lugar o que corresponde para a nova parcela, com a previsão de construção de 520 lugares, a contrapartida de € 25.937,6/ano, que será aumentada ou reduzida em conformidade com o número efectivo de lugares construídos, nos termos do projecto que vier a ser aprovado e de acordo com os valores unitários da presente Proposta. -----

----- - Confrontações: -----

----- Norte – Av. da Igreja, junto aos prédios n.ºs 2 a 36; -----

----- Sul – Av. da Igreja, junto aos prédios n.ºs 1 a 33; -----

----- Nascente – Largo Frei Heitor Pinto; -----

----- Poente – Av. da Igreja -----

----- Condições de acordo: -----

----- Condições específicas para o novo parque sito na Av. da Igreja. -----

----- Está prevista a construção de um parque de estacionamento subterrâneo para uso público, com uma capacidade estimada de cerca de 520 lugares, distribuídos por 2 pisos, um com a área de 7.782 m<sup>2</sup> e outro com a área de 7.406,51 m<sup>2</sup>. -----

----- A superficiária deverá proceder a sondagens, por forma a serem identificados e localizados todos os elementos existentes no subsolo e acima do solo que possam ter implicações na construção do parque. -----

----- O projecto será obrigatoriamente baseado no reconhecimento geotécnico específico da zona, nomeadamente na análise dos aspectos referentes à geotecnia, caudais freáticos, agressividade da água ao betão, etc., e dê indicações sobre as características e estado dos edifícios confinantes, propondo eventualmente soluções, quando necessário. -----

----- A superficiária deverá promover um estudo aprofundado sobre a localização das estruturas projectadas para o local, eventuais impactos ambientais, bem como da circulação viária emergente. -----

----- A emissão da licença de utilização da obra será condicionada ao restabelecimento das infra-estruturas existentes no local, cuja fiscalização e coordenação será feita pela Direcção Municipal de Projectos e Obras. -----

----- A actualização do regime tarifário e do preço a pagar anualmente pela constituição do direito de superfície será efectuada através da aplicação da taxa de inflação do ano anterior, determinada pelo índice de preços do consumidor para a cidade de Lisboa, (total com exclusão da habitação) publicado pelo INE e de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos. -----

----- Em tudo o mais se mantém o deliberado na Proposta n.º 574/2001. -----

----- (Processo Privativo n.º 58/DGI/2001). -----

----- - Justificação do Preço Proposto: -----

----- O valor para efeitos de escritura calculou-se com base na Deliberação n.º 133/AM/95, de 28 de Novembro (Ponto n.º 3): -----

-----  $C2 = \text{coeficiente de sobrecarga urbana } (C2=4)$  -----

-----  $VU = \text{valor unitário fixado pela Assembleia Municipal para o ano de 2001 (9,12 Euros)}$  -----

----- 2 - Parque da Av. da Igreja -----

-----  $15.188,51 \text{ m}^2 \times (4 \times 6 \times \text{€ } 9,12) \times 0,30 = \text{€ } 997.338,32$  -----

----- Para efeito de cedência em direito de superfície, mantém-se o mesmo valor unitário por lugar de estacionamento ou seja € 49,88/ano/lugar, o que corresponde para a nova parcela, com a previsão de construção de 520 lugares, a contrapartida de € 25.937,6/ano, que será aumentada ou reduzida em conformidade com o número efectivo de lugares construídos, nos termos do projecto que vier a ser aprovado e de acordo com os valores unitários da presente proposta. -----

----- III. - A exemplo do aprovado pela Deliberação sobre a Proposta n.º 651/2002, declarar de utilidade municipal o parque de estacionamento subterrâneo sito na Av. da Igreja, em substituição daquele que foi objecto do Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98, sito na Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, nesta Cidade de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 57.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 208/96, de 8 de Novembro.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que com o devido respeito pelo público presente, que sabia que em grande parte estava ali por causa desta proposta, desejava lembrar que na última reunião da Assembleia Municipal, quer esta, quer a seguinte, estiveram até para ser retiradas por sua solicitação, e foi depois pedido que era melhor serem reapreciadas em Comissão. -----

----- Não queria fazer ali um debate, queria apenas dizer a sua posição. Face ao que se passou e às notícias que tinha, mantinha a posição da reunião anterior, ou seja, pedir a retirada desta proposta e da outra relativa à Av. da Igreja por entender que nas actuais condições eram obras que não deviam ir por diante, e dispensava mais apresentação. -

----- **O Senhor Presidente** disse que o Sr. Presidente da Câmara acabava de anunciar a retirada das propostas 113/2004 e 114/2004, pelo que seriam devolvidas à Câmara. -

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar a Câmara pelo facto do Sr. Presidente ter entendido que o resultado que ocorrera na Comissão Permanente de Urbanismo não iria de encontro àquilo que esperava, e, portanto, as expectativas que tinha era de que não iriam ser aprovadas as duas propostas hoje. Por isso entendeu retirá-las e estava no seu legítimo direito para o fazer. -----

----- De qualquer maneira, o PS queria fazer um apelo, porque era uma questão importante relativamente à proposta 113/2004. É que, como todos sabiam, neste momento existia um direito consagrado à Associação Auto-Parque para construir, e aquilo que queriam e que constava do Parecer da Comissão, é que o Sr. Presidente da Câmara dissesse que a Câmara ia suspender o direito de construção. Isto porque o PS entendia que não havia nesta altura condições para se iniciar qualquer tipo de construção na praça da Rua José Lins do Rego. -----

----- Portanto, era fundamental para o PS que o Sr. Presidente da Câmara dissesse que a partir de hoje estava suspenso também esse direito, porque, a não ser assim, era necessário discutir essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que este final feliz se devia à oposição, que ultimamente chamara a atenção e ele próprio fez uma proposta no sentido de que as propostas 113/2004 e 114/2004 baixassem à Comissão ... -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, pediu-lhe que se referisse apenas à retiradas das propostas, já que era isso que agora estava em causa. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, retomando a palavra, disse que a Câmara retirou as propostas mas ele podia fazer uma intervenção, e então continuou dizendo que isso se devia, fundamentalmente, aos residentes que estavam no lugar do público, porque foram eles que protestaram, foram eles que levaram a que a Câmara mudasse a sua posição. -----

----- **O Senhor Presidente**, devido a muitos apartes na Sala, interrompeu de novo o orador e disse-lhe que terminasse pois já todos tinham percebido, e pediu que houvesse calma no Plenário. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, prosseguindo, repetiu que a retirada das propostas se devia fundamentalmente aos residentes porque foram eles que protestaram, na rua e na Assembleia Municipal. Mas esta atitude da Câmara foi importante porque, efectivamente, podiam encontrar alternativas. -----

----- **O Senhor Presidente**, porque os apartes na Sala continuavam, interrompeu mais uma vez o orador dizendo-lhe que terminasse a sua intervenção, era ele que estava a conduzir os trabalhos e o Sr. Deputado Municipal tinha que respeitar. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que, segundo tinha entendido, o Sr. Presidente da Câmara, logo que foram colocadas em debate as propostas 113/2004 e 114/2004, comunicara a sua retirada, pelo que não percebia qual o objecto das intervenções que se seguiram depois. Com certeza não seria para reabrir o debate. Enfim, não entendia esta condução dos trabalhos! -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o Deputado Municipal Dias Baptista colocou uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, e de seguida perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se queria responder a essa questão. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder, disse que a Câmara retirara as propostas, não por não irem de encontro às expectativas da Câmara, mas desejava dizer quanto à questão colocada que iriam trabalhar nesse sentido, com as cautelas jurídicas que o assunto requeria. Ver-se-ia o que era possível, mas, naturalmente, o respeito pela orientação ali tomada exigia que agora não se fossem valer da deliberação tomada no tempo do anterior Executivo para pôr em prática aquela com que então concordaram mas agora já eram contra. -----

----- **O Senhor Presidente** deu o assunto por encerrado. As propostas estavam retiradas e sugeriu que se passasse, pela sua urgência, à discussão e votação de duas propostas relativas ao Clube Nacional de Natação. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 222/2004 - APROVAR A ALTERAÇÃO DO PRAZO INICIAL DE DURAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO A FAVOR DO CLUBE NACIONAL DE VOTAÇÃO POR ESCRITURA PÚBLICA CELEBRADA A 02/01/1990, DE 50 PARA 56 ANOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 222/2004 -----

----- “Considerando que, -----

----- Por escritura pública celebrada em 2 de Janeiro de 1990, de harmonia com as deliberações da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Municipal de Lisboa, tomadas nas suas reuniões de, respectivamente, 14 de Outubro de 1985, vinte de Junho de 1989 e vinte de Julho de 1989, a Câmara Municipal de Lisboa constituiu a favor do Clube Nacional de Natação um direito de superfície sobre uma parcela de

terreno com a área de 14.536 m<sup>2</sup>, sita à Rua de S. Bento, freguesia de santa Isabel, onde este Clube tem as suas instalações e equipamentos desportivos; -----

----- Que, nos termos da Condição primeira constante dessa escritura, se estabeleceu que o direito de superfície foi constituído pelo prazo inicial de 50 anos, contados da data de celebração da escritura, prazo esse que poderá ser prorrogado por períodos de 35 anos, desde que a Câmara não necessite do terreno para obras de renovação urbana ou outros fins de interesse público; -----

----- As infra-estruturas desportivas existentes nessa parcela de terreno estão ser objecto de significativa renovação e melhoramento, na sequência de contrato-programa de desenvolvimento desportivo oportunamente celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Clube Nacional de Natação; -----

----- Correspondendo a insistentes pedidos da Câmara Municipal de Lisboa, o Clube Nacional de Natação lançou recentemente um concurso para a construção de um parque de estacionamento com uma capacidade de 270 lugares, contribuindo assim para a satisfação de prementes necessidades de estacionamento sentidas por todos quantos residem e trabalham na zona próxima das instalações daquele Clube; -----

----- Atendendo à sua falta de capacidade financeira para custear uma obra desta envergadura, o Clube Nacional de Natação teve necessidade de lançar o referido concurso associando a construção do parque de estacionamento à concessão da respectiva exploração; -----

----- O Clube Nacional de Natação informou a Câmara Municipal de Lisboa, através de carta datada de 2 de Abril de 2004, que se anexa, que a concessão só será economicamente viável se durar pelo período mínimo de 40 anos, o que determina que, estimando-se a conclusão da construção do parque de estacionamento para finais do próximo ano, a concessão deve prolongar-se até finais de 2045; -----

----- Conforme se encontra estabelecido na escritura acima referenciada, o prazo inicial do direito de superfície terminará em 2 de Janeiro de 2040, o que, inviabilizando a assunção pelo Clube de qualquer obrigação que ultrapasse essa data, conduz à impossibilidade de construir o parque, do que resultarão evidentes prejuízos para os residentes e trabalhadores na zona do Clube; -----

----- A construção do referido parque de estacionamento apresenta manifesto interesse público, ao permitir aumentar num número considerável a oferta de estacionamento numa zona bastante carenciada, -----

----- E que a única forma de ultrapassar esta situação, sem comprometer opções futuras da Câmara Municipal de Lisboa, passa pela alteração do prazo inicial de duração do direito de superfície de 50 para 56 anos, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, -----

----- Ao abrigo do disposto nas alíneas u) do n.º 1 e a) do n.º 6 do artigo 64º, e i) do n.º 2 do artigo 53º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, -----

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração do prazo inicial de duração do direito de superfície constante da Condição Primeira da escritura pública celebrada entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Clube Nacional de Natação acima

mencionada, de 50 para 56 anos, mantendo-se em tudo o mais inalteradas as restantes condições estabelecidas naquela escritura pública.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à aprovação a proposta 222/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que fora consensualizado em Conferência de Representantes que a proposta 247/04, distribuída hoje, se houvesse condições poderia ser analisada e votada. -----

----- **PONTO 15 – PROPOSTA 247/2004 – APROVAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO CLUBE NACIONAL DE NATACÃO SOBRE DUAS PARCELAS SITAS NA RUA DE S. BENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 247/2004 -----

----- “ Considerando que, -----

----- Por escritura pública celebrada em 2 de Janeiro de 1990, de harmonia com as deliberações da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Municipal de Lisboa, tomadas nas suas reuniões de, respectivamente, 14 de Outubro de 1985, 20 de Junho de 1989 e 20 de Julho de 1989, a Câmara Municipal de Lisboa constituiu a favor do Clube Nacional de Natação um direito de superfície sobre uma parcela de terreno com a área de 14.536 m<sup>2</sup>, sita à Rua de S. Bento, freguesia de Santa Isabel, onde este Clube tem as suas instalações e equipamentos desportivos; -----

----- Nesse direito de superfície não foram contempladas duas parcelas, integradas no domínio privado municipal, geograficamente agregadas àquela sobre a qual incidiu a constituição do direito, uma com a área de 1.339,50 m<sup>2</sup> (parcela 1) e outra com a área de 350 m<sup>2</sup> (parcela 2), melhor identificadas a azul na planta DPI n° 04/057/02 que se anexa; -----

----- Tal decisão, no que diz respeito à parcela 1, teve por base a expectativa de a mesma poder ser cedida a uma outra entidade para construção de uma escola de música, expectativa esta que, perante a localização e dificuldade de acesso à parcela, se gorou; -----

----- É inegável a ligação funcional destas duas parcelas àquela sobre a qual foi constituído o direito de superfície, pelas seguintes razões: -----

----- À parcela 1, com a área de 1.339,50 m<sup>2</sup>, apenas é possível aceder através da parcela de que o CNN é superficiário; -----

----- A parcela 2, com a área de 350 m<sup>2</sup>, constitui o único acesso ao complexo desportivo do CNN, encontrando-se inclusivamente integrado no espaço vedado das suas instalações; -----

----- Em tal contexto, as parcelas em causa fazem naturalmente parte integrante do espaço efectivamente utilizado pelo CNN, o que torna aconselhável a constituição de

direito de superfície sobre ambas a favor daquela entidade, por forma a resolver esta situação; -----

----- A recente deliberação municipal de aumentar o prazo inicial de duração do direito de superfície constituído através da escritura pública de 2 de Janeiro de 1990, a que supra se fez referência, até 2046, justifica que o direito que ora se pretende constituir sobre as duas parcelas tenha duração idêntica; -----

----- A ligação funcional das parcelas em causa à parcela de que o CNN é já superficiário, justifica que a prestação anual a pagar à CML por aquele Clube por este novo direito de superfície seja proporcional à renda actualmente paga nos termos da escritura celebrada, a qual se cifra em € 3.807,48; -----

----- O Clube Nacional de Natação informou a Câmara Municipal de Lisboa, por carta datada de 15 de Abril de 2004, do seu interesse na regularização desta situação, através da constituição de superfície sobre as referidas parcelas, -----

----- A ligação natural entre estas duas parcelas e aquela sobre a qual foi constituído o direito de superfície justifica que a presente proposta seja submetida ao mesmo órgão que autorizou inicialmente a constituição daquele direito, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, -----

----- Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º, e i) do n.º 2 do artigo 53º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a constituição de direito de superfície sobre duas parcelas, assinaladas a azul na planta DPI n.º 04/057/02 em anexo, com os números 1 e 2, com as áreas e confrontações seguintes: -----

----- parcela 1 – Área : 1.339,50 m<sup>2</sup>, confrontando a Norte – CML, Nascente – edifícios n.ºs. 267 a 285 da Rua de S. Bento, Sul e Poente – CML (CNN); -----

----- parcela 2 – Área : 350 m<sup>2</sup>, confrontando a Norte – CML, Sul - edifício n.º 199 da Rua de S. Bento, Nascente – R. de S. Bento, Poente – CML (CNN). -----

----- Condições de cedência: -----

----- Prazo inicial – 42 anos; -----

----- Prestação anual - € 439,27, dividida em prestações mensais de € 36,61 cada uma;

----- Serão aplicáveis a este direito de superfície as demais condições constantes da escritura pública celebrada entre a CML e o CNN em 2 de Janeiro de 1990, com as necessárias adaptações. ” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a proposta 247/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram 20h 15m. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária,

----- O PRESIDENTE -----